



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS PINTO DE MONTEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E EXATAS
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM LETRAS PORTUGUÊS**

JANAÍNA SORAIA COSTA MARQUES

**UMA ANÁLISE DA AVALIAÇÃO CONTÍNUA DA APRENDIZAGEM CICLO III DO
COMPONENTE CURRICULAR LÍNGUA PORTUGUESA - ESCRITA DO
COMPROMISSO NACIONAL CRIANÇA ALFABETIZADA SOB A LENTE DA
INCLUSÃO PARA PESSOAS SURDAS**

**MONTEIRO - PB
2025**

JANAÍNA SORAIA COSTA MARQUES

**UMA ANÁLISE DA AVALIAÇÃO CONTÍNUA DA APRENDIZAGEM CICLO III DO
COMPONENTE CURRICULAR LÍNGUA PORTUGUESA - ESCRITA DO
COMPROMISSO NACIONAL CRIANÇA ALFABETIZADA SOB A LENTE DA
INCLUSÃO PARA PESSOAS SURDAS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Coordenação do curso de Letras do Campus VI da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de graduação em Língua Portuguesa.

Área de concentração: Linguística Aplicada

Orientadora: Profa. Esp. Kívia Karla de Figueiredo Marinho.

**MONTEIRO - PB
2025**

M357a Marques, Janaína Soraia Costa.

Uma análise da Avaliação Contínua da Aprendizagem Ciclo III do componente curricular Língua Portuguesa - Escrita do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada sob a lente da inclusão para pessoas surdas [manuscrito] / Janaína Soraia Costa Marques. - 2024.

66 f. : il. color.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Letras português) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Humanas e Exatas, 2024.

"Orientação : Prof. Esp. Kivia Karla de Figueiredo Marinho, Coordenação do Curso de Letras - CCHE".

1. Compromisso Nacional Criança Alfabetizada – (CNCA).
2. Surdos. 3. Libras. 4. Educação inclusiva. 5. Linguagem de sinais. I. Título

21. ed. CDD 370.115

JANAÍNA SORAIA COSTA MARQUES

UMA ANÁLISE DA "AVALIAÇÃO CONTÍNUA DA APRENDIZAGEM CICLO III DO
COMPONENTE CURRICULAR LÍNGUA PORTUGUESA - ESCRITA DO
COMPROMISSO NACIONAL CRIANÇA ALFABETIZADA SOB A LENTE DA
INCLUSÃO PARA PESSOAS SURDAS

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Coordenação do curso de
Letras do Campus VI da Universidade
Estadual da Paraíba, como requisito
parcial à obtenção do título de graduação
em Língua Portuguesa

Área de concentração: Linguística
Aplicada.

Aprovada em: 27/02/2025

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado eletronicamente por:

- **Maria da Conceição Almeida Teixeira** (***.134.794-**), em **14/03/2025 11:29:13** com chave **b39eabe800e011f0b97b1a1c3150b54b**.
- **Kivia Karla de Figueiredo Marinho** (***.318.934-**), em **13/03/2025 20:34:54** com chave **c46e7e26006311f0b5831a1c3150b54b**.
- **Náthaly Guisel Bejarano Aragón** (***.443.594-**), em **13/03/2025 20:36:30** com chave **fd5aafca006311f0992406adb0a3afce**.

Documento emitido pelo SUAP. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse https://suap.uepb.edu.br/comum/autenticar_documento/ e informe os dados a seguir.

Tipo de Documento: Folha de Aprovação do Projeto Final

Data da Emissão: 14/03/2025

Código de Autenticação: 369736



A Deus, em agradecimento e louvor,
DEDICO.

AGRADECIMENTOS

Aos docentes cujo passaram pela coordenação deste curso, por seu empenho com o ensino em sempre proporcionar o melhor aos discentes.

Expresso minha eterna gratidão à professora Kívia Karla de Figueiredo Marinho pela orientação dedicada e pelas valiosas leituras recomendadas ao longo deste processo.

Ao meu pai Juraci José Marques, ao meu companheiro, Marcel Giovani de Sousa Menezes que sempre me incentivaram para o meu crescimento acadêmico e profissional.

A minha mãe Maria do Socorro Costa Marques (in memoriam), embora não esteja presente fisicamente, ainda ouço seus conselhos fortalecendo-me a cada dia.

A professora Melânia Nóbrega, pela disciplina Educação e Direitos Humanos, que me proporcionou uma maior consciência da função do professor dentro da sala de aula para lutar pela igualdade de acesso. Também à professora Ritha Cordeiro de Sousa e Lima, pela sua contribuição na disciplina de Educação Especial.

Aos funcionários da UEPB, Marcos, pela presteza e atendimento quando nos foi necessário.

“Assim, uma escola inclusiva vai além do
“eu”, do “nós” objetivando os “todos nós”.”.
Rosita Edler Carvalho

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo central analisar a avaliação aplicada dentro Compromisso Nacional Criança Alfabetizada – (CNCA). do que ocorre no âmbito escolar e se este é inclusivo à pessoa com surdez. Para cumprir a proposta, foi analisado o caderno do aluno e do professor referente à Língua Portuguesa - Escrita da Avaliação Continuada de Aprendizagem Ciclo III aplicada em uma turma do 3º Ano do Ensino Fundamental de uma escola no município de Ouro Velho - PB. Logo, realizou-se uma pesquisa qualitativa, exploratória e descritiva sobre os cadernos de aplicação. Para tal o estudo baseia-se em autores como Karin (2009), Lebedeff (2010) e Luckesi (2005), que abordam, respectivamente, a educação de surdos, a cultura surda e a avaliação escolar. Os resultados da análise revelaram a impossibilidade do aluno surdo realizar a avaliação oral proposta pelo programa do CNCA evidenciando a necessidade urgente de adaptações e reestruturações para garantir a inclusão e a equidade no processo avaliativo. Identificou a ausência de adaptações que considerassem as especificidades da Língua Brasileira de Sinais - (Libras) e os desafios da inclusão de alunos surdos no contexto escolar. Como resultado, constatou-se que as referidas avaliações são projetadas à maioria dos discentes ouvintes rafadas com as iniciais em letra minúscula, com exceção dos substantivos próprios e nomes científicos.

Palavras-Chave: Compromisso Nacional Criança Alfabetizada – (CNCA). Surdos. Libras. Educação Inclusiva. Linguagem de sinais.

ABSTRACT

The present study aims to analyze the assessment applied within the National Commitment to Literacy for Children (CNCA), examining its implementation in the school environment and whether it is inclusive of deaf students. To achieve this objective, the student and teacher workbooks related to the Portuguese Language - Writing section of the Continuous Learning Assessment for Cycle III, administered to a 3rd-grade class in an elementary school in the municipality of Ouro Velho - PB, were analyzed. A qualitative, exploratory, and descriptive research approach was conducted on these assessment materials.

The study is based on authors such as Karin (2009), Lebedeff (2010), and Luckesi (2005), who address, respectively, deaf education, deaf culture, and school assessment. The analysis results revealed the impossibility for deaf students to complete the oral assessment proposed by the CNCA program, highlighting the urgent need for adaptations and restructuring to ensure inclusion and equity in the evaluation process. The study identified a lack of adaptations considering the specificities of Brazilian Sign Language (Libras) and the challenges of including deaf students in the school context. As a result, it was found that the assessments are primarily designed for the majority of hearing students.

Keywords: National Commitment to Literate Children - (CNCA). Deaf. Libras. Inclusive Education. Sign Language

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Tabela 1 – Ciclo de avaliações	32
Gráfico 1 – Idade Certa	34
Figura 1 – Instruções para correção da avaliação.....	41
Figura 2 – Instrução da questão 1 da avaliação do caderno do aplicador	42
Figura 3 – Capa do caderno do aluno da avaliação Ciclo III.....	43
Figura 4 – Questão 1 da avaliação do caderno do aluno - Ciclo III	44
Figura 5 – Instrução da questão 2 da avaliação do caderno do aplicador	45
Figura 6 – Questão 2 da avaliação do caderno do aluno - Ciclo III	46
Figura 7 – Instrução da questão 3 da avaliação do caderno do aplicador	48
Figura 8 – Questão 3 da avaliação do caderno do aluno - Ciclo III	49
Figura 9 – Instrução da questão 4 da avaliação do caderno do aplicador	51
Figura 10 – Questão 4 da avaliação do caderno do aluno - Ciclo III	52

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAEd	Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação
CNCA	Compromisso Nacional Criança Alfabetizada
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
GRE	Gerências Regionais de Educação
LBI	Lei Brasileira de Inclusão
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LIBRAS	Língua Brasileira de Sinais
MEC	Ministério da Educação
RENALFA	Rede Nacional de Articulação de Gestão, Formação e Mobilização
SAEB	Sistema de Avaliação da Educação Básica
SIAVE	Sistema de Avaliação da Educação Básica da Paraíba
UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	PERCURSO HISTÓRICO DA INCLUSÃO DE SURDOS NA EDUCAÇÃO ...	17
2.1	ALFABETIZAÇÃO E O ENSINO BILÍNGUE PARA SURDOS	19
2.2	<i>O PAPEL DA LEITURA E DA ESCRITA NA EDUCAÇÃO DE SURDOS</i>	22
3	AVALIAÇÃO NO CONTEXTO EDUCACIONAL	27
3.1	O PAPEL DA AVALIAÇÃO NA APRENDIZAGEM DE ALUNOS SURDOS ...	28
3.2	<i>AVALIAÇÃO PERIÓDICA DO COMPROMISSO NACIONAL CRIANÇA</i> <i>ALFABETIZADA</i>	30
4	METODOLOGIA	36
5	RESULTADOS E DISCUSSÕES	40
6	CONCLUSÃO	58
	REFERÊNCIAS	61
	ANEXO A – DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS	64

1 INTRODUÇÃO

A inclusão de estudantes surdos no sistema educacional brasileiro tem sido uma questão de grande relevância, especialmente no que tange à adaptação das metodologias de ensino e avaliação. Assim, a educação de surdos, ao longo da história, passou por significativas transformações, com destaque para a luta pelo reconhecimento da Língua Brasileira de Sinais (Libras) como uma língua oficial, através da Lei 10.436 de 24 de abril de 2002. Nesse contexto, a inclusão no ensino formal, particularmente nas avaliações, exige uma análise crítica das práticas avaliativas e da sua capacidade de atender às necessidades específicas desse público.

Conforme Carvalho (2007, pg 26), “O direito à igualdade de oportunidades e que defendemos enfaticamente, não significa um modo igual de educar a todos e, sim, dar a cada um o que necessita em função de seus interesses e características individuais”.

Para isso, o referido trabalho encontra-se organizado de maneira a oferecer uma compreensão aprofundada e estruturada sobre o tema da inclusão de estudantes surdos em avaliações externas com uma introdução ao tema, apresentando a relevância da discussão e o problema central da pesquisa, bem como os objetivos geral e específico.

Posto isto, este trabalho se propõe a investigar a eficácia das Avaliações Contínuas de Aprendizagem do III Ciclo do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada doravante CNCA, de acordo com a Portaria nº 62 de 15 de dezembro de 2023, Anexo A, com foco na inclusão de estudantes surdos, considerando o impacto das avaliações sobre o processo de ensino-aprendizagem desses alunos, baseado nos seguintes objetivos: a) Examinar as práticas avaliativas utilizadas na aplicação das avaliações de Língua Portuguesa (escrita) do CNCA, com foco nas adaptações ou na ausência delas para atender às especificidades dos alunos surdos; b) Avaliar os impactos da aplicação oral nas avaliações externas sobre o processo de ensino-aprendizagem de estudantes surdos, considerando as particularidades da Língua Brasileira de Sinais (Libras) e c) Propor recomendações para a implementação de adaptações avaliativas que assegurem a participação efetiva e equitativa de estudantes surdos nas avaliações externas, alinhando-se às diretrizes da educação especial e às necessidades específicas da Libras.

A análise sobre a avaliação do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada é de extrema importância, pois, além de ser pouco discutido, pretende contribuir para o aprimoramento dos instrumentos de avaliação utilizados dentro do próprio sistema e, como pesquisa inicial, a outros pesquisadores.

Ademais, a busca por práticas avaliativas inclusivas, que atendam as especificidades dos alunos surdos, é fundamental para garantir que esses estudantes tenham as mesmas oportunidades de aprendizagem e desenvolvimento que os alunos ouvintes, além de sugerir soluções/recomendações para futuras adaptações das avaliações externas. Assim, este estudo visa não apenas a melhoria do sistema de avaliação, mas também a promoção de uma educação verdadeiramente inclusiva e equitativa.

Assim, este estudo compreende no capítulo 1 intitulada como introdução, mencionado sobre inclusão de estudantes surdos no sistema educacional, as análises das avaliações do CNCA e os objetivos principais dessa pesquisa.

O capítulo 2 apresenta a história da educação de surdos no Brasil, enfatizando a importância da alfabetização e do ensino bilíngue para surdos, configurando o subtópico 2.1. A partir da abordagem bilíngue, a educação de surdos busca a construção de uma base sólida nas duas línguas fundamentais para esse público: a Libras e a Língua Portuguesa, como segunda língua, sendo esta última trabalhada de forma escrita. A seguir, temos o subtópico 2.2 se debruça sobre o papel da leitura e da escrita no processo educativo de surdos, um ponto fundamental para entender como as habilidades linguísticas, especialmente a escrita em Língua Portuguesa, são abordadas no contexto escolar. A adaptação de instrumentos avaliativos para surdos implica, entre outras coisas, um estudo aprofundado de como a leitura e a escrita são trabalhadas e avaliadas, considerando as barreiras e desafios enfrentados pelos alunos surdos.

O capítulo 3 é dedicado à análise das avaliações, com uma ênfase particular nas Avaliações Contínuas de Aprendizagem do III Ciclo do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, que fazem parte do sistema de avaliação educacional no Brasil. O subcapítulo 3.1 trata das práticas avaliativas aplicadas a estudantes surdos, investigando se essas práticas promovem, de fato, a inclusão. Para tanto, será examinado se as avaliações são acessíveis, considerando as especificidades dos alunos surdos, principalmente em relação ao uso da Libras, que é fundamental para a compreensão e expressão desses estudantes. O subcapítulo 3.2 amplia essa

análise ao abordar as avaliações do CNCA com um olhar atento às condições em que as avaliações são realizadas, e se essas práticas são adequadas para garantir a participação efetiva dos alunos surdos.

O capítulo 4, referente à metodologia, apresenta a abordagem adotada para investigar a questão central desta pesquisa que é: os instrumentos avaliativos das Avaliações Contínuas de Aprendizagem são igualmente eficazes para estudantes surdos e ouvintes? Para responder a essa questão, a pesquisa utilizou uma análise documental dos cadernos de avaliação aplicados a alunos do III Ciclo do CNCA, com o objetivo de identificar se há adaptações adequadas para alunos surdos.

O capítulo 5 é dedicado à apresentação dos resultados e à discussão dos dados encontrados durante a análise dos cadernos de avaliação tanto do aluno quanto do professor/aplicador. A análise crítica busca compreender as práticas avaliativas dentro do CNCA e possíveis barreiras enfrentadas pelos alunos surdos e apontar possíveis melhorias nos instrumentos de avaliação.

Ao longo desta pesquisa, o leitor encontraremos um aprofundamento sobre as questões históricas, linguísticas e pedagógicas que envolvem a educação de surdos, especialmente em relação ao ensino bilíngue e à alfabetização. Serão discutidos os desafios enfrentados pelos alunos surdos no processo de ensino-aprendizagem e as formas de avaliação que mais se adequam às suas necessidades. A pesquisa também destaca a importância da adaptação das avaliações externas, particularmente no contexto das Avaliações Contínuas de Aprendizagem do III Ciclo do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, como uma medida para garantir a inclusão e a participação plena dos alunos surdos.

Ao analisar as práticas avaliativas existentes e suas implicações, este trabalho busca oferecer uma contribuição significativa para a área de estudo da educação inclusiva, propondo alternativas que tornem as avaliações externas mais acessíveis e eficazes para estudantes surdos. As recomendações que surgirem dessa análise visam assegurar que as avaliações atendam a todos os públicos de forma equitativa, respeitando as particularidades linguísticas e culturais dos alunos surdos.

Dessa forma, a pesquisa busca não apenas responder ao problema de pesquisa proposto, mas também provocar uma reflexão crítica sobre o papel das avaliações no processo educativo de surdos e a importância de políticas públicas que garantam a inclusão e a equidade no sistema educacional. A análise da eficácia dos instrumentos avaliativos atuais é um passo crucial para o aprimoramento das práticas

educacionais e para a construção de uma educação mais justa e acessível para todos os estudantes

2 PERCURSO HISTÓRICO DA INCLUSÃO DE SURDOS NA EDUCAÇÃO

As narrativas ao longo da história, buscam por igualdade e justiça, não é exclusiva de um grupo em específico, mas sim, de pessoas que têm seus direitos negado ou ter o mínimo de dignidade para viver.

Baseado em Carvalho (2007, p. 36) “No entanto, a história das ideias sobre a educação deixa evidente que poucos ou nada tinha de inclusiva, seja em termos da universalização do acesso, seja em termos da qualidade do que era oferecido”. Assim também, foi marcada a história de Pessoas Com Deficiência - PDC resistindo a desafios e com o tímido avanço em seu reconhecimento como cidadão.

Conforme Karin Strobel (2008, p. 83), relata que na Idade Média, retratava a ausência de pensamento à fala, ou seja, o indivíduo que não se enquadra no padrão da sociedade vivia à margem da sociedade e em muitos casos, eram condenados à morte. Esta ideia, mencionada por Aristóteles, enraizou-se por muito tempo, ocasionando a inexistência de direitos às PCDs.

Porém, segundo Andreis-Witkoski (2015, pg 27) os primeiros registros de mudança para a comunidade surda, deu-se no ano de 528, pela criação do “Código Jurídico do Imperador Justiniano”, onde expressava que os herdeiros surdos que pronunciavam verbalmente teriam direito a receber o testamento. A partir desse código, as famílias que detinham poderes aquisitivos, preocuparam-se em ensinar a esse grupo instrumentação educacional. Os ensinamentos iniciaram-se pelo monge espanhol Pedro Ponce de León (1520-1584) ao qual foi reconhecido por seus ensinamentos utilizando gestos e a transcrição do alfabeto destinado às pessoas surdas.

Segundo Karin Strobel (2008, p. 85), na segunda metade do século XIX, o professor francês Charles Michel L'Eppe formulou uma linguagem própria intitulada por "gestos metódicos". O referido método unia a gramática e a Língua de Sinais utilizado na França. Ressalta-se que a metodologia aplicada foi propagada por outros professores e expandiu-se para outros países, como no Brasil com a chegada do professor, também francês, Ernest Huert que, a convite do então imperador Dom Pedro II, criaram o Instituto Nacional dos Surdos-Mudos em 1857, atualmente chamado de Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), que baseava-se no ensino de gestos metódicos.

Contudo, a abordagem que prevaleceu foi a oralista¹, que priorizava a oralidade na educação de pessoas surdas ou com deficiência auditiva. Acreditava-se que esse método facilitaria a inserção dos surdos na sociedade, no entanto, essa decisão gerou intensos debates, uma vez que desconsiderava a identidade e a cultura desses indivíduos. Ademais, embora houvesse professores surdos entre os participantes, eles foram excluídos do processo decisório, uma vez que não lhes foi permitido votar sobre um tema de extrema relevância para o seu próprio futuro educacional (PEREIRA, 2008).

Um dos marcos mais significativos na história da educação de surdos em nível mundial foi o Congresso de Milão, realizado em 1880, na Itália. Durante o evento, foram sugeridos diferentes métodos de comunicação e ensino para os sujeitos surdos, gerando intensos debates entre os participantes.

De acordo com Pereira (2008), por volta dos séculos XIX e início do XX, nos EUA, um ponto marcante na história da educação de surdos foi a influência de Alexander Graham Bell, que desempenhou um papel controverso ao defender o oralismo. Essa abordagem priorizava o ensino baseado na fala e na leitura labial, em detrimento do uso da língua de sinais. Como consequência de suas ideias, muitas escolas passaram a adotar o método oralista, resultando na desvalorização da língua de sinais e da cultura surda.

De acordo com Karin Strobel (2008, p. 93), Outra contribuição importante para a história na educação de surdos, foi a publicação da obra “Sign Language Structure” de William Stokoe - 1960, ao qual declarou que a Língua de Sinais Americana possui elementos de uma língua natural incluindo a morfologia, sintaxe e fonologia. Esta obra teve uma alta repercussão, inclusive, documentou um alfabeto fonético direcionado para a língua orais e a partir desse trabalho, teve-se avanços nos direitos e na comunidade surda.

A abordagem educacional oralista é aquela que visa capacitar a pessoa surda de utilizar a língua da comunidade ouvinte na modalidade oral como única possibilidade linguística, de modo que seja possível o uso da voz e da leitura labial tanto nas relações sociais como em todo processo educacional. A língua na modalidade oral é, portanto, meio e fim dos processos educativos e de integração social. (SÁ, 1999, p. 69). Fonte: VIEIRA, C. R.; MOLINA, K. S. M.. Prática pedagógica na educação de surdos: o entrelaçamento das abordagens no contexto escolar. Educação e Pesquisa, v. 44, p. e179339, 2018.

No Brasil, em 2002, com a promulgação da Lei nº 10.436, a Língua Brasileira de Sinais – Libras, efetivou o ingresso da inclusão de pessoas surdas no âmbito educacional e profissional nesta lei, em seu parágrafo único afirma que se entende como Língua Brasileira de Sinais – Libras:

A forma de comunicação e expressão, em que o sistema lingüístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constituem um sistema lingüístico de transmissão de idéias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil. (BRASIL, 2002, p. 1).

A promulgação da Lei nº 10.436, em 2002, representou um marco fundamental para a inclusão das pessoas surdas no Brasil, garantindo o reconhecimento da (Libras) como meio legítimo de comunicação e expressão. Esse reconhecimento não apenas fortaleceu a identidade e a cultura da comunidade surda, mas também impulsionou mudanças no âmbito educacional e profissional, assegurando que a Libras fosse utilizada como ferramenta essencial para a transmissão de conhecimento e para a participação ativa dos surdos na sociedade.

No entanto, apesar do avanço legislativo, a efetivação dos direitos das pessoas surdas ainda enfrenta desafios. Muitas instituições educacionais e ambientes de trabalho não possuem infraestrutura adequada para garantir a plena acessibilidade linguística, seja por meio da presença de intérpretes de Libras, seja pelo uso de metodologias bilíngues. Dessa forma, a luta por uma inclusão real continua sendo uma demanda constante da comunidade surda e de seus aliados.

Diante desse cenário, associações de surdos e movimentos sociais lutam até hoje e têm desempenhado um papel essencial na reivindicação de espaços verdadeiramente acessíveis, nos quais a Libras seja amplamente utilizada e respeitada, garantindo assim o direito linguístico dos usuários dessa língua.

Entretanto, a consolidação desses direitos depende não apenas de políticas públicas eficazes, mas também da conscientização da sociedade sobre a importância da comunicação inclusiva. Somente assim será possível garantir a equidade no acesso à educação, ao mercado de trabalho e à vida em sociedade para as pessoas surdas.

2.1 Alfabetização e o ensino bilíngue para surdos

Dentre os processos inclusos no crescimento humano, a alfabetização é a forma essencial para a socialização. Destacamos ainda que tal processo auxilia na construção do futuro cidadão a desenvolver competências fundamentais, como por exemplo raciocínio crítico, a habilidade de solucionar problemas e, sobretudo, a compreensão do mundo que o cerca. Conforme GADOTTI (2005, p. 17), “a educação tem um papel importante no próprio processo de humanização do homem e de transformação social” Logo, no campo social prevalecem as interações e a comunicação entre as pessoas e a ação de ser alfabetizado é uma forma de valorizar a sua história, valores e tradições que permeiam a sua identidade no aspecto coletivo ou individual. A Lei nº 10.436/2002, reconhece a Libras como meio legal de expressão, abrindo portas para a implementação do ensino bilíngue nas escolas para atender a esse público.

Dessa forma, a valorização da identidade e da comunicação está diretamente ligada à maneira como a gramática é ensinada e aplicada no cotidiano. Conforme Gesser (2012, p. 142), “a gramática deve ser abordada de forma a contemplar situações comunicativas, isto é, de modo a atingir um objetivo comunicativo”. Logo, o autor sugere que o ensino da gramática tem o propósito de auxiliar as pessoas a se comunicarem de forma prática em diversos contextos sociais.

É essencial que as políticas educacionais atendam às necessidades de grupos minoritários, como por exemplo, o ensino para os surdos, são indispensáveis abordagens pedagógicas diferenciadas para garantir o acesso à informação e o desenvolvimento de suas potencialidades, já que eles utilizam da língua visual-espacial para captar as informações do mundo, como explana Lebedeff quando afirma que:

O Letramento visual é uma área de estudo que é abordada a partir de diversas disciplinas visando estudar os processos físicos envolvidos na percepção visual, o uso das tecnologias para representar a imagem visual e o desenvolvimento de estratégias para compreender o que é visto. (Lebedeff, 2010, p. 179)

Em sua fala, a autora, afirma que as formas de compreensão por parte das pessoas surdas, são diferentes dos ouvintes, logo, o entendimento dar-se-á através

da visualização, ao qual “precisa ser compreendido, também, a partir de práticas sociais e culturais de leitura e compreensão de imagens” (Lebedeff, 2010, p. 179).

Assim, conforme Pereira (2011), o reconhecimento da Língua de Sinais como fundamental para o desenvolvimento global das pessoas surdas – abrangendo aspectos cognitivos, linguísticos, sociais e acadêmicos – têm impulsionado mudanças no cenário educacional. E a luta da comunidade surda por uma educação que respeite sua identidade linguística e cultural tem sido determinante para que muitas instituições adotem o modelo bilíngue, garantindo que a Língua de Sinais seja o meio principal de instrução e comunicação, enquanto a língua portuguesa escrita é ensinada como segunda língua. Logo:

O reconhecimento de que a língua de sinais possibilita o desenvolvimento das pessoas surdas em todos os seus aspectos, somado à reivindicação das comunidades de surdos quanto à adoção da língua de sinais na educação, tem levado, nos últimos anos, muitas instituições a adotar um modelo bilíngue na educação dos surdos (Pereira 2011, p. 15)

Posto isto, entendemos que esse tipo de abordagem possibilita uma aprendizagem mais significativa, pois respeita a forma visual de aquisição de conhecimento dos surdos e contribui para sua plena inclusão na sociedade.

No entanto, apesar dos avanços, ainda há desafios na efetivação desse modelo, especialmente no que se refere à formação de professores, à produção de materiais didáticos acessíveis e à implementação de políticas públicas que assegurem sua continuidade e eficácia tendo em vista que a educação bilíngue para surdos é uma modalidade de ensino que reconhece a Libras como a primeira língua (L1) desse público e a língua portuguesa escrita como segunda língua (L2).

Diante disso, direito à educação bilíngue está respaldado por legislações como o Decreto nº 5.626/2005, a Lei Brasileira de Inclusão – LBI (Lei nº 13.146/2015) que estabelecem a necessidade de práticas pedagógicas adequadas às especificidades linguísticas e culturais da comunidade surda e a principal, a Lei 14.191/2021 que afirma em seu Art. 60-A que a a de educação bilíngue de surdos é:

A modalidade de educação escolar oferecida em Língua Brasileira de Sinais (Libras), como primeira língua, e em português escrito, como segunda língua, em escolas bilíngues de surdos, classes bilíngues de surdos, escolas comuns ou em polos de educação bilíngue de surdos, para educandos surdos, surdo-cegos, com deficiência auditiva sinalizantes, surdos com altas habilidades ou superdotação ou com outras deficiências associadas, optantes pela modalidade de educação bilíngue de surdos. (BRASIL, 2021, p. 1).

Essa modalidade de ensino garante o desenvolvimento linguístico, cognitivo e social dos surdos, permitindo-lhes acessar o conhecimento de forma plena e significativa desde a Educação Infantil até a Pós-Graduação. E continua em seus parágrafos:

§ 1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio educacional especializado, como o atendimento educacional especializado bilíngue, para atender às especificidades linguísticas dos estudantes surdos.

§ 2º A oferta de educação bilíngue de surdos terá início ao zero ano, na educação infantil, e se estenderá ao longo da vida.

§ 3º O disposto no caput deste artigo será efetivado sem prejuízo das prerrogativas de matrícula em escolas e classes regulares, de acordo com o que decidir o estudante ou, no que couber, seus pais ou responsáveis, e das garantias previstas na Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), que incluem, para os surdos oralizados, o acesso a tecnologias assistivas. (BRASIL, 2021, p. 1).

Sendo assim, entende-se que estudar em um ambiente bilíngue, transforma a vida de uma pessoa surda, trazendo-o à dignidade. Esse aprendizado, não apenas reforça o lado intelectual, mas também, o lado cultural e social. Bem como, proporciona maior autonomia para se comunicar em duas línguas, a Libras (L1) e a língua portuguesa escrita (L2).

Diante de vários desafios enfrentados pelos surdos na educação tradicional podemos apontar a falta de instrumentalização dos professores, ausência de material adaptado para a comunidade surda. O ensino bilíngue auxilia a sociedade proporcionando a valorização da Língua de Sinais como base para a instrumentação dentro da escola e fora dela.

Logo, ressalta-se que o ensino bilíngue vai além de uma estratégia pedagógica, mas também assegura os direitos humanos e promover a inclusão social. Essa abordagem garante às pessoas surdas, um acesso democrático ao currículo escolar, reconhecendo o bilinguismo como uma ferramenta de empoderamento que favorece a socialização no mundo.

2.2 O papel da leitura e da escrita na educação de surdos

O efeito que a leitura traz ao homem é inestimável. Estima-se que o sujeito ao qual tem assiduidade na leitura, cultiva o interesse à diversos conhecimentos e o insere no contexto social.

A leitura, de acordo com Bordini e Aguiar é:

O ato de ler é, portanto, duplamente gratificante. No contato com o conhecido, fornece a facilidade da acomodação, a possibilidade de o sujeito encontrar-se no texto. Na experiência com o desconhecido, surge a descoberta de modos alternativos de ser e de viver. (Bordini e Aguiar, 1993, p.26)

A leitura, como aponta os autores, é uma atividade contendo desafios que envolve não apenas a decodificação de símbolos, mas também a construção de significados e a interação com o mundo.

De acordo Kato (2005, p. 60), “conhecimento prévio, que permite fazer predições, pode advir do próprio texto ou de informações extratextuais que provém dos esquemas mentais do leitor”. Tais ações possibilitam ao ser humano, o desenvolvimento em diversas áreas, como ponto de vista, conceitos e cultura. Assim, entendemos que a leitura está inclusa em sua vida diária.

De acordo com os autores Scalabrin e Molinary (2013, p. 3), “Busca-se, por meio desse exercício, beneficiar a experiência e promover o desenvolvimento, no campo profissional, dos conhecimentos teóricos e práticos adquiridos” independentemente do ensino, estima-se que a educação dever á transmitir conhecimentos.

Conforme Haydt (2006, p. 293), “existe uma estreita relação entre os resultados obtidos pelos alunos na aprendizagem e os procedimentos de ensino utilizados”, o ofício de ensinar e aprender é pertinente à profissão do docente, pois a todo momento, o espaço dentro de sala de aula é modificado pelos personagens centrais, os alunos. É sugerido que o educador tenha a prática pedagógica alinhada à essa teoria. A leitura está incluída no cotidiano, pois através desta ação, os demais conhecimentos serão atribuídos.

Confirmando Quadros e Schmidt (2006, p. 28), retrata sobre a importância da Libras, “leitura é uma das chaves do processo de alfabetização. Ler sinais é fundamental para que o processo se constitua”. Evidencia-se, portanto, que o contexto que se aborda aqui é o da leitura e escrita enquanto parte integrante da subjetividade humana contemporânea, justamente por permear diferentes ambientes e espaços do cotidiano, revelando-se enquanto importante elemento social e de socialização, haja vista a pluralidade de possibilidades comunicativas.

No contexto social, o futuro cidadão, através da leitura amplia o seu conhecimento em diversos campos. Para Richardson (2012, p. 68):

Também se deve dar atenção especial às motivações para a leitura que se baseiam nos interesses individuais dos estudantes. Através de discussões, composições e observações, descobrem-se os interesses de cada aluno e a discussão é levada a um ponto em que surge automaticamente a questão de aumentar os conhecimentos acerca de determinado assunto. (RICHARDSON, 2012, p. 68)

O autor sugere em sua obra que o professor estimule os adolescentes à leitura de forma diferente para que desenvolvam outras habilidades além da leitura, a argumentação. Quando o leitor realiza uma boa leitura, o leva a perguntar, analisar e procurar meios alternativos de mudar o que está em sua volta.

A escrita é uma conversão social que categoriza o cidadão na sociedade. Para Koch (2018 p. 7) “as teorias sociointeracionais reconhecem a existência de um sujeito planejador/ organizador que, em sua inter-relação com os outros sujeitos, vai construir um texto, sob a influência de situação (...)”, as experiências vivenciadas pelo sujeito, são transcritas em seus registros.

A leitura é essencial para a vida do ser humano, é um processo de construção social e decodificação. Baseado em Ferrarezi e Carvalho (2017):

Ler é um ato iminentemente civilizador. Há algo de disciplinar na leitura. A necessidade de deter-se respeitosamente diante do livro é disciplinadora. A necessidade de estar atento e dedicar toda a mente ao que se lê é um exercício que alarga os horizontes cognitivos, desenvolve a inteligência, exige do ser um algo mais do que as efemeridades cotidianas. (Ferrarezi e Carvalho 2017, p. 17)

A ação de proporcionar a leitura ao educando é prepará-lo para a vida. A partir do momento que a leitura é estabelecida com sucesso, a escrita tende a ser adequada à fala. Para Freire (1989 p.20) “a compreensão do texto a ser alcançada por sua leitura crítica implica a percepção das relações entre o texto e o contexto.”, não há uma separação, pois uma interfere na outra.

É possível afirmar que os referidos processos da ação de ler, da leitura, da aprendizagem, da compreensão etc., são operações pertencentes ao domínio da memória; e assim sendo, ler e escrever, e suas aprendizagens, devem caminhar para isso. “o objetivo da escrita é a leitura, mas quem vai escrever só é capaz de fazê-lo se souber ler o que escreve” (Cagliari, 1992, p. 104).

Estas são atividades consideradas tão importantes por algumas correntes, que quando se fala na função social da escola, afirmam que, marcadamente, sua função

é formar bons leitores. De acordo com Cagliari (1992, p. 102), sobre a leitura “constitui-se na atividade fundamental desenvolvida pela escola para a formação do aluno, de forma que, se um aluno não se sair bem em outras atividades e for um bom leitor, a escola terá cumprido, em parte, sua tarefa”.

Essas reflexões destacam a centralidade da leitura no processo educativo, evidenciando seu papel essencial na formação do aluno. Conforme Cagliari (1992, p. 102), a leitura é a base para o aprendizado dos demais componentes curriculares. Esse processo, começa na vida escolar do ser humano. Subentende-se que um bom leitor deverá interpretar diversos gêneros proporcionando ao cidadão um pensamento crítico acerca do assunto ou situação retratada.

Haja vista que o hábito da leitura seja transferido para a escrita, subentende-se que quanto maior o acesso à leitura, expande seu vocabulário. Diante disto, o sujeito deve se relacionar com o contexto, ou seja, identificar o momento histórico ao qual foi redigido, quais são suas intenções, saber reconhecer os acontecimentos da época, como explicitava Freire (1989 p. 20) “a compreensão do texto a ser alcançada por sua leitura crítica implica a percepção das relações entre o texto e o contexto.” A leitura proporciona ao homem o pensar crítico, amplia o vocabulário e automaticamente aprimora a escrita.

Explanado isto, a Lei de Diretrizes e Bases da educação Nacional (LDB) alega como objetivo constante na formação do cidadão em seu Art. Nº X Inciso I, “o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo” (Brasil, 1996, p. 11) ou seja, o acesso à leitura é o caminho de interação com o social e a formação do futuro cidadão. Os direitos não são dados, mas sim, construídos ao longo dos anos.

Dessa forma, esta lei, em seu Artigo nº 59, reafirma a importância da adaptação curricular como um instrumento essencial para a inclusão efetiva de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades, garantindo-lhes acesso a uma educação equitativa e de qualidade

Um resultante dessa luta, como direito à educação é assegurado através do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), estabelecido pela Lei nº 8.069/1990, no Art. Nº 53 deste documento, o acesso à escola com boas condições e principalmente respeitando a inclusão.

Assim, no próximo capítulo, exploraremos como a avaliação pode ser conduzida de maneira inclusiva, respeitando as especificidades dos alunos e contribuindo para uma educação verdadeiramente acessível a todos.

3 AVALIAÇÃO NO CONTEXTO EDUCACIONAL

A avaliação, segundo o site, *Dicio* é a ação de realizar uma prova, exame ou verificação de competência ou saberes de alguém: avaliação escolar. Embora, no dicionário tenha como objetivo consultar conhecimentos de outro alguém, a avaliação estar contido no cotidiano das instituições acadêmica, ou seja, é uma ação incorporada às escolas. Segundo Luckesi, (2011 p. 02), “a prática educativa tem a ver com “ensinar e aprender”, desde que a única função digna da atividade escolar é ensinar para que o educando efetivamente aprenda, em qualquer nível de escolaridade”. Luckesi, infere que a prática educacional está ligada o fato de aprender e ensinar e avaliação é um dos instrumentos que o docente possui para diagnosticar o feito e a partir desse resultado, planejar novas intervenções para que os alunos obtenham conhecimentos específicos.

De acordo com Depresbiteris (2001, p. 144), são eles: “Fornecer resultados para a gestão da educação, subsidiar a melhoria dos projetos pedagógicos das escolas e propiciar informações para a melhoria da própria avaliação, o que a caracteriza como meta-avaliação”. Logo, as avaliações tem o caráter de melhorar o sistema educacional e analisar o desempenho do discentes.

Para que novas metas sejam efetivadas, faz-se necessário uma organização. Para Luckesi (2011, p. 03), o planejamento “inicia-se pela configuração do que se deseja obter com a ação (os objetivos), seguindo-se pela configuração das mediações (procedimentos) que serão utilizadas para se chegar aos resultados desejados”. Para o autor, todo o contexto, deverá ser analisado, como por exemplo, idade, o meio social em que o aluno está inserido, a forma de como a avaliação é empregada e principalmente do seu objetivo.

Neste capítulo, será discutido o papel da avaliação no contexto da inclusão, destacando sua importância para o acompanhamento da aprendizagem e para a construção de práticas pedagógicas mais eficazes voltadas para o aluno com surdez. Também incluímos o caderno do aluno e o caderno do professor do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, do ciclo III, especificamente no componente curricular de Língua Portuguesa – Escrita – 3º ano do Ensino Fundamental, objeto da nossa pesquisa. Como mencionado na introdução deste estudo, objetivamos avaliar as práticas de avaliação em testes externos de Língua Portuguesa (escrita), com ênfase

na existência ou ausência de adaptações externas para atender às demandas específicas de estudantes com deficiência, especialmente os surdos, considerando as particularidades do ensino bilíngue e a necessidade de estratégias inclusivas.

Dessa forma, este tópico busca contribuir para uma reflexão mais ampla sobre os processos avaliativos, enfatizando a importância de métodos que respeitem a diversidade dos estudantes e promovam uma educação mais equitativa e acessível a todos.

3.1 O papel da avaliação para a inclusão de aluno surdo

No contexto educacional, as avaliações para alunos surdos, exigem práticas pedagógicas adaptadas às necessidades desse grupo, restringindo não apenas aos conhecimentos adquiridos ao longo do processo do aluno, mas também, aos contextos culturais aos quais eles estão inseridos.

Com base no documento Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, fornecida pelo Ministério da Educação – MEC em seu texto, a inclusão do aluno surdo deve ocorrer:

Nas escolas comuns, a educação bilíngüe – Língua Portuguesa/LIBRAS, desenvolve o ensino escolar na Língua Portuguesa e na língua de sinais, o ensino da Língua Portuguesa como segunda língua na modalidade escrita para alunos surdos, os serviços de tradutor/intérprete de Libras e Língua Portuguesa e o ensino da Libras para os demais alunos da escola. O atendimento educacional especializado é ofertado, tanto na modalidade oral e escrita, quanto na língua de sinais. Devido à diferença lingüística, na medida do possível, o aluno surdo deve estar com outros pares surdos em turmas comuns na escola regular. (BRASIL, 2008, p. 17)

A diversidade lingüística existente na comunidade surda é reconhecida pelo Ministério da Educação, inclusive, retrata a importância da educação bilíngüe para a efetivação da inclusão de alunos surdos nas escolas regulares. Nisto, reforça a importância do ensino bilíngüe para que os futuros cidadãos possam se desenvolver e interagir com a sociedade.

Segundo o Ministério da Educação (BRASIL, 2006, p. 8), retrata sobre os casos das necessidades especiais, “os rumos da avaliação devem estar a serviço da implementação dos apoios necessários ao progresso e ao sucesso de todos os

alunos”, ou seja, faz-se necessário ter auxílio de uma equipe para que ocorra o processo com sucesso.

Por isso que a avaliação no ensino de Português como Segunda Língua (L2) para surdos é um tema que exige uma atenção especial, dada a complexidade do processo de aquisição linguística e as especificidades da comunidade surda.

Atualmente, a educação de surdos tem avançado significativamente com o reconhecimento e valorização da Libras e a busca por uma educação bilíngue. No entanto, a avaliação da aprendizagem do Português como segunda língua ainda enfrenta desafios consideráveis, como a falta de instrumentos adequados e adaptações para que o processo de avaliação não seja excludente.

A avaliação diagnóstica, por exemplo, desempenha um papel fundamental no processo de ensino e aprendizagem, já que permite ao docente uma base para organizar estratégias pedagógicas mais eficazes para o aprendizado do discente. Na educação de alunos surdos então, o docente deverá adotar ações para que esses estudantes possam se desenvolver integralmente, considerando suas especificidades linguísticas e culturais.

Nesse sentido, Quadros e Schmiedt e Schmiedt (2006, pg. 19), “o fato do processo de aquisição da linguagem ser concretizado por meio de línguas visuais-espaciais, exige uma mudança nas formas como essa questão vem sendo tratada na educação de surdos”. O autor destaca que a implementação de estratégias inclusivas é essencial para garantir a aprendizagem dos surdos, pois possibilita um ensino mais acessível e equitativo. Assim, é fundamental que o professor adapte suas práticas pedagógicas, utilizando recursos visuais, a Libras e metodologias que favoreçam a construção do conhecimento de forma significativa, respeitando as particularidades de cada aluno e promovendo sua plena participação no ambiente escolar.

Diante disso, para incluir os alunos surdos nas avaliações, é preciso adaptá-las para assegurar a inclusão. Quando um aluno é surdo, é sugerido utilizar meios alternativos, como desenhos, imagens e vídeos direcionados para esse público, possibilitando maior interação e compreensão dos conteúdos.

Acerca disto, Silva (2019, pg. 7) enfatiza que “o uso de recursos didáticos digitais como os vídeos em Libras é imprescindível no ensino de educandos surdos, pois respeita a forma de apreensão e construção de conhecimento dos alunos”. Dessa forma, adaptar as avaliações com recursos visuais não apenas facilita a compreensão

das questões, mas também garante que os surdos tenham acesso a um ensino mais equitativo e condizente com suas necessidades linguísticas e cognitivas.

Portanto, a avaliação no ensino de Português como segunda língua para surdos ainda está em processo de construção, exigindo adaptações que garantam sua efetividade e equidade. Frente à isso, os estudantes surdos sejam plenamente incluídos nesse processo, é fundamental que os professores tenham acesso à formação continuada, possibilitando o desenvolvimento de práticas avaliativas mais acessíveis e coerentes com a realidade bilíngue desses alunos.

Para Haydt (2006, pg. 288), retrata a avaliação como “processo contínuo e sistemático. Faz parte de um sistema mais amplo, que é processo ensino-aprendizagem, nele integrado”. A autora completa ainda também tem a função de orientar porque auxilia o discente para o progresso.

Para Haydt, (2006, p. 275), retrata sobre a importância da tecnologia, principalmente do computador na aprendizagem, “o computador é um instrumento interativo, pois podemos nos comunicar com ele por meio da linguagem computacional”.

Assim, ao utilizar recursos visuais, como vídeos e imagens, e ao investir na capacitação docente, torna-se possível promover avaliações mais justas e alinhadas às necessidades dos surdos, assegurando seu direito à aprendizagem de forma significativa e inclusiva surdos.

3.2 Avaliação Periódica do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada

A alfabetização tem sido uma prioridade nas políticas educacionais brasileiras, visando garantir o direito à educação e reduzir o analfabetismo. Nesse contexto, o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (CNCA) se integra ao Pacto Alfabetiza Mais Paraíba, fortalecendo as ações voltadas à alfabetização na idade adequada. Essa iniciativa conjunta busca promover uma aprendizagem inclusiva e adaptada às necessidades regionais, assegurando que todas as crianças tenham acesso a uma educação de qualidade.

Conforme estabelecido no Art. 22 do Decreto nº 11.556, de 2023, que institui a “Rede Nacional de Articulação de Gestão, Formação e Mobilização” – (RENALFA):

A representação é composta por SEB/MEC (articuladores nacionais), representantes das secretarias estaduais (articuladores estaduais/distritais), representantes das unidades descentralizadas de gestão educacional dos sistemas estaduais de ensino (articuladores regionais) e representantes das secretarias municipais de educação (articuladores municipais). (Brasil, 2023, p. 16)

O referido programa tem atuação de todos os segmentos no âmbito escolar, a capacitação foi planejada de forma distribuída por polos, seguindo um cronograma estabelecido pela Secretaria de Estado da Educação da Paraíba (SEE-PB), abrangendo todas as regiões do estado.

Essa iniciativa tem como objetivo preparar o ano letivo de 2024 e fortalecer o Regime de Colaboração, com a meta de garantir a alfabetização de todas as crianças até os sete anos de idade. No total, cerca de 300 participantes, incluindo 223 articuladores municipais e representantes das Gerências Regionais de Educação (GRE), foram contemplados com a formação ao longo de quatro dias.

Lançado em maio de 2023 pelo Governo do Estado, por meio da SEE-PB, o Pacto Alfabetiza Mais Paraíba visa combater o analfabetismo por meio da formação de professores, distribuição de materiais didáticos complementares e incentivo às melhores práticas pedagógicas. O programa reconhece a alfabetização como um fator essencial para o desenvolvimento social e pessoal, buscando garantir que os estudantes adquiram habilidades fundamentais de leitura e escrita.

Um dos diferenciais do programa é sua abordagem personalizada, que se adapta às necessidades específicas de cada aluno. Como exemplo desse compromisso, em 2023, aproximadamente 37 mil estudantes das redes municipal e estadual participaram de uma avaliação de fluência, cujo objetivo foi diagnosticar a capacidade de leitura e oralidade dos alunos e, a partir desses dados, implementar estratégias específicas para corrigir déficits de aprendizagem em cada escola.

Dessa forma, o Pacto Alfabetiza Mais Paraíba não se limita ao combate ao analfabetismo, mas também pretende promover a inclusão social e valorizar os participantes do processo educacional. O investimento na alfabetização reflete diretamente no desenvolvimento humano e social, capacitando os indivíduos para uma participação mais ativa e autônoma na sociedade.

No entanto, a efetividade deste Pacto ainda levanta questionamentos: será que, de fato, o programa promove a inclusão social e valoriza todos os seus participantes?

Essa reflexão é essencial para compreender seu real impacto na educação do estado e sua contribuição para a redução do analfabetismo.

Sendo assim, o CNCA surge como uma estratégia fundamental dentro do pacto, visando garantir que todas as crianças sejam alfabetizadas até o final do 2º ano do Ensino Fundamental – Anos Iniciais.

Segundo o Ministério da Educação – MEC (Brasil, 2023), o CNCA configura-se como uma política pública de abrangência nacional, implementada em todos os estados e no Distrito Federal, com o propósito de assegurar a alfabetização na idade adequada e fortalecer a colaboração entre as esferas federal, estadual e municipal.

De acordo com o MEC (2024, p. 7), a implementação do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada focou na finalidade de garantir a alfabetização de crianças até o final do 2º ano do ensino fundamental e ainda assegurar a aprendizagens dos discentes do 3º, 4º e 5º ano que foram afetadas pela pandemia:

A implementar políticas, programas e ações para que as crianças brasileiras estejam alfabetizadas ao final do segundo ano do ensino fundamental; e promover medidas para a recomposição das aprendizagens, com foco na alfabetização e na ampliação e aprofundamento das competências em leitura e escrita das crianças matriculadas na rede de ensino até o final dos anos iniciais do ensino fundamental. (BRASIL, 2024, p. 5)

De acordo com o MEC (2024, p. 40) da publicação da 1º Avaliação do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, dentro da avaliação periódica, estão incluídos três ciclos, onde os estudantes do 1º ano realizam apenas duas avaliações Língua Portuguesa - Leitura e Matemática e do 2º ao 5º ano realizam quatro tipos de avaliações, sendo elas: Língua Portuguesa - Escrita, Língua portuguesa - Fluência, Língua Portuguesa - Leitura, Matemática.

Dentro do processo estão incluídos três ciclo aplicado a cada trimestre representados na tabela abaixo:

Tabela 1: Ciclos de avaliações

CICLO	ANO	AVALIAÇÕES REALIZADAS
I	1º	- Língua Portuguesa – Leitura - Matemática
	2º ao 5º	- Língua Portuguesa – Escrita - Língua Portuguesa – Fluência - Língua Portuguesa – Leitura - Matemática
II	1º	- Língua Portuguesa – Leitura - Matemática
	2º ao 5º	- Língua Portuguesa – Escrita - Língua Portuguesa – Fluência - Língua Portuguesa – Leitura - Matemática
III	1º	- Língua Portuguesa – Leitura - Matemática
	2º ao 5º	- Língua Portuguesa – Escrita - Língua Portuguesa – Fluência - Língua Portuguesa – Leitura - Matemática

Fonte: Elaborada pelas autoras (2025)

Perceba que a tabela acima apresenta a estrutura das avaliações aplicadas no âmbito do CNCA, evidenciando a progressão dos instrumentos avaliativos ao longo dos anos iniciais do Ensino Fundamental. Enquanto os estudantes do 1º ano realizam apenas duas avaliações, focadas em leitura e matemática, os alunos do 2º ao 5º ano são submetidos a um processo mais abrangente, que inclui quatro avaliações distintas, contemplando leitura, escrita, fluência e matemática.

O CNCA baseia-se na colaboração entre os entes federativos, oferecendo apoio financeiro por meio de bonificações por progresso, incentivos fiscais e investimentos em infraestrutura. Inclusive, o programa fortalece as condições das escolas ao ampliar o acervo de leitura com a distribuição de obras literárias. Conforme o artigo do Jeduca, escrito pela autora Siqueira:

Além disso, balanço divulgado pelo MEC indica que 96% dos 5.565 municípios brasileiros e os 27 estados/Distrito Federal haviam aderido ao Compromisso. De acordo com o governo federal, até dezembro, o MEC empenhou R\$ 619 milhões e pagou R\$ 278 milhões a redes de ensino e escolas. (Siqueira, 2024, p. 1)

A adesão, embora não seja obrigatória, é amplamente aceita pela maioria dos municípios, que concordam com as propostas do programa para garantir a alfabetização.

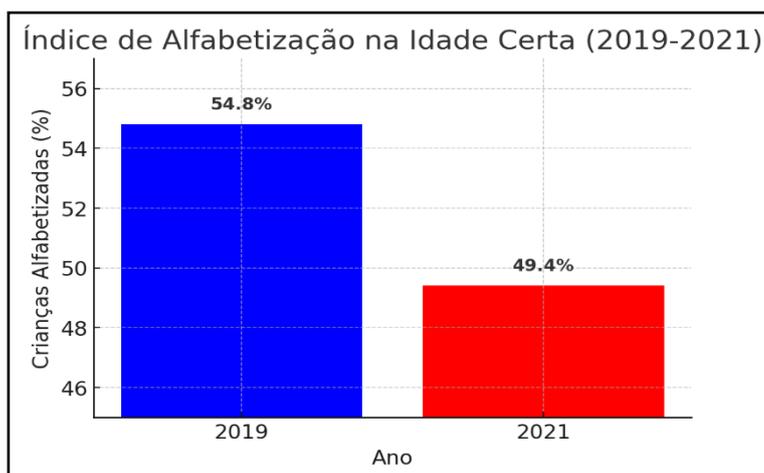
De acordo com o MEC (2024, p. 13) da publicação da 1ª Avaliação do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada revela sobre a adesão dos Estados "considera-se muito alto, já que o programa como um todo obteve a adesão de 99,5% dos entes federados até o final de 2023, sendo 100% das redes estaduais/distrital e 99,5% das redes municipais".

No Estado da Paraíba, a equipe responsável por coordenar o programa é a Rede Nacional de Articulação de Gestão, Formação e Mobilização (RENALFA) do MEC, além da equipe de articuladores tanto estaduais quanto regionais. Para que essa coordenação consiga fluir, as demandas e o processo também seguem uma hierarquia.

Com base nesta estrutura, otimiza o tempo de repasse de informações, ou seja, o coordenador municipal transcreve a realidade do seu município à equipe do RENALFA e esta por sua vez, ajusta sua prática e monitora o desempenho dos estudantes em relação à alfabetização na idade certa.

O gráfico a seguir, com dados do site oficial do Governo Federal na aba 'Contexto' do (CNCA), apresenta a redução no percentual de crianças alfabetizadas na idade certa, antes dos sete anos. Essa realidade reforça a importância da atuação da RENALFA e dos articuladores na implementação de estratégias que garantam o direito à alfabetização dentro do prazo adequado.

Gráfico 1: Idade certa.



Fonte: Própria

O gráfico apresentado foi elaborado com base nas informações disponíveis no site oficial do Governo Federal, na aba "Contexto" do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (CNCA). Ele evidencia a queda no percentual de crianças alfabetizadas na idade certa, passando de 54,8% em 2019 para 49,4% em 2021.

Esses dados demonstram um cenário preocupante, pois indicam um retrocesso na alfabetização infantil, afetando a maioria dos estados brasileiros. A análise desses números reforça a necessidade de políticas educacionais mais eficazes para garantir que todas as crianças adquiram as habilidades de leitura e escrita na idade adequada.

O CNCA promove mudanças significativas na alfabetização ao fornecer materiais didáticos, apoio técnico, estabelecimento de metas acessíveis, investimentos em sistemas de avaliação e orientações tanto para o currículo quanto para os docentes.

Ainda por cima, sua implementação é respaldada por normativas específicas, como a Portaria nº 1.774, de 1º de setembro de 2023, que regulamenta a RENALFA, e o Decreto nº 11.556, de 12 de junho de 2023, que institui o programa. Complementando esse arcabouço, a Resolução nº 19, de 29 de setembro de 2023, estabelece regras para o pagamento de bolsas de formação continuada aos articuladores do programa.

A atuação do CNCA envolve diferentes esferas da gestão educacional, incluindo dirigentes municipais e técnicos, que possuem funções bem delimitadas, formalizadas por publicações no Diário Oficial. Dessa forma, o programa busca atender às necessidades escolares, abrangendo o ambiente da sala de aula, as práticas pedagógicas, a formação continuada de professores e gestores, além de contemplar a Primeira Infância, consolidando-se como uma iniciativa essencial para o fortalecimento da alfabetização no estado.

4 METODOLOGIA

Neste tópico apresentamos a metodologia empregada na pesquisa, detalhando os procedimentos adotados para a coleta e análise dos dados. Este estudo é de natureza qualitativa, exploratórias e descritivas buscou compreender como são realizadas as avaliações externas do programa Compromisso Nacional da Criança Alfabetizada da Avaliação Contínua da Aprendizagem Ciclo III, na modalidade de ensino fundamental Anos Iniciais do 3º Ano em seu componente curricular de Língua Portuguesa - Escrita para alunos, inclusive os PCDs.

Segundo a pesquisa utilizada é de natureza qualitativa devido ao questionário direcionado à três professores que aplicaram as avaliações aos alunos, a coleta do questionário foi realizada pelo Google Forms e a análise dos cadernos do aluno e do professor/aplicador. O uso do Google Forms auxilia a juntar informações de caráter aberta permitindo entender as respostas personalizadas. A pesquisa também retrata como exploratória, sendo que sua implementação ocorreu em 2023, logo, a literatura sobre o assunto ainda não está consolidada e passível de análise dos impactos iniciais. Acrescenta-se que esta pesquisa descritiva, pois analisa o caderno do III Ciclo, logo, realizado em seu primeiro ano de prática, pretende-se sugerir melhoria quanto a elaboração do referido caderno.

Conforme Gil (2002, pg. 41), relata sobre a pesquisa tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, tornando-o mais explícito ou permitindo a formulação de hipóteses”. Nesse sentido, este trabalho visa analisar de forma detalhada, se essas avaliações atendem especificamente às necessidades do aluno Pessoa Com Deficiência.

No caso do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, tem por objetivo garantir a “alfabetização de todas das crianças ao final do 2º ano e a recomposição das aprendizagens, com foco na alfabetização e na ampliação e aprofundamento das competências em leitura e escrita das crianças matriculadas” (MEC, 2024, p. 10).

No mês de julho de 2023, eu assumi um contrato por três meses como docente, na ocasião, a secretaria municipal de educação de Ouro Velho, promoveu uma formação para todos os professores da rede municipal, neste momento, foram apresentados dois programas, um denominado “Escola das Adolescências” e o outro “Compromisso Nacional Criança Alfabetizada”, com a mesma dinâmica avaliativa. O interesse para pesquisar sobre as avaliações deu-se após o lançamento da cartilha

de Lançamento do CNCA que tem como foco "alfabetizar na idade prevista na BNCC, 6 a 7 anos de idade, 1º e 2º Ano do ensino fundamental". (MEC, 2023, p. 9). A implantação desse programa é excelente, porém, inquietou-me sobre a minoria que existe: Como esse programa alcançará os alunos com deficiência, principalmente, os surdos?

Em seguida, solicitamos a coordenação pedagógica de uma escola que tem seu ensino em tempo integral do município de Ouro Velho no Estado da Paraíba, o caderno do aluno e do professor/aplicador de avaliação de Língua Portuguesa - Escrita, pertencente à Avaliação Continuada de Aprendizagem Ciclo III, ofertado pelo Pacto Alfabetiza Mais Paraíba e autorizado pelo Ministério da educação (MEC), dentro do programa Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (CNCA) e ao qual foi elaborada pelo Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação (CAEd) da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF).

A adesão ao programa ocorre através da secretária municipal e que automaticamente cadastra, o coordenador do programa, a subsecretária municipal e sua equipe técnica. O cadastramento do gestor é realizado diretamente na plataforma e este, inicialmente cadastra o coordenador pedagógico, professores e alunos.

Conforme a publicação do "1º Avaliação de implementação do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (MEC, 2024) ressalta sobre as demandas:

Para cada uma das ações implementadas, a adesão dos entes implica trabalho, na forma de planejamento das ações, instituição de normas legais, preenchimento de sistemas do MEC para registro de demandas, dados e informações verídicas, participação e deliberação nas diversas instâncias para as quais indicam representantes, assunção de responsabilidades diante da assistência financeira obtida e implementação das ações nos territórios. (MEC, 2024, p. 45).

Após este processo, todos terão acesso à plataforma ao qual tem disponível curso, orientação sobre o processo de cada avaliação, exemplo de prática pedagógica, desempenho da turma, progresso individual do aluno e o modelo de avaliação a ser aplicada em cada turma.

Logo após a coleta dos materiais, procedemos à análise documental de ambos, ou seja, tanto o caderno do aluno quanto o caderno do professor/aplicador, contendo no segundo caderno, a metodologia utilizada durante a avaliação. O caderno fornecido foi aplicado nas turmas do 3º Ano A e B da referida escola. Essa etapa permitiu identificar padrões claros e objetivos de execução da avaliação, possibilitando uma

interpretação mais aprofundada do processo voltado apenas para alunos que não possuem deficiência. As avaliações não possuem formas alternativas de efetivar a avaliação e muito menos direcionamento para realizar a mesma avaliação com outro público em questão, os Pessoa Com Deficiências.

Para o questionário foi utilizado o aplicativo do Google Forms e este foi concentrado no município de Ouro Velho-PB, o período de 28 a 31 de janeiro de 2025 para três professores que aplicaram as avaliações na referida cidade.

No primeiro bloco do questionário, consta o objetivo de analisar as práticas de avaliação aplicadas a alunos surdos, buscando identificar as dificuldades enfrentadas durante a aplicação. Na ocasião, foi ressaltado que a pesquisa colaborará com a produção da monografia e que os dados serão considerados apenas para fins de estudo. Também foi destacado que os nomes serão substituídos por identificações fictícias, a fim de garantir o sigilo. Neste mesmo bloco foi incluído um termo de consentimento de uso dessa pesquisa.

Na segunda parte do questionário, foi elaborado cinco perguntas, a primeira qual a importância da prova do programa Compromisso Nacional da Criança Alfabetizada da Avaliação (CNCA)? Essa pergunta permite que os entrevistados revelem sua riqueza sobre o papel do CNCA. A segunda pergunta, "Você considera que a avaliação externa, no formato atual, consegue medir com precisão as habilidades linguísticas dos alunos surdos? Justifique.", possibilita que os profissionais indiquem possíveis limitações do modelo de avaliação.

Na pergunta de número três, "Quais são as principais dificuldades que você observa em um aluno surdo durante uma avaliação externa? Como essas dificuldades impactam a precisão da avaliação e o desempenho do aluno?", solicita-se que, na posição de aplicação, sejam sinalizadas as barreiras encontradas pelos estudantes surdos durante a avaliação.

A quarta pergunta, "Quais fatores você acredita que mais impactaram o desempenho do aluno surdo na avaliação externa?", permite que o professor expresse se o processo imposto pela avaliação compromete ou não a equidade entre os alunos.

Na quinta e última pergunta, "Na sua opinião, qual seria o melhor recurso para que o surdo tenha acesso às informações contidas na prova?", busca reunir propostas para a adaptação dos instrumentos avaliativos, envolvendo a inclusão de pessoas com deficiência, principalmente pessoas surdas.

Para a conclusão do questionário, na última parte do formulário consta o agradecimento pela efetivação da pesquisa.

Por fim, os resultados da análise foram organizados e apresentados de forma clara e concisa, buscando responder à questão de pesquisa proposta inicialmente, que é analisar as avaliações do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada é inclusiva à pessoa surda ou não.

5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados obtidos deste capítulo ressaltam a complexidade dos processos de avaliação do Pacto Nacional Criança Alfabetizada, em especial para alunos surdos.

A referida pesquisa tem como objetivo geral, analisar a acessibilidade de alunos surdos em avaliações externas de Língua Portuguesa - escrita, considerando práticas avaliativas, impactos da aplicação oral e adaptações inclusivas.

Para tal, organizamos a análise com base nos seguintes objetivos específicos:

- a) Analisar as práticas avaliativas utilizadas na aplicação de uma avaliação externa de Língua Portuguesa (escrita), com foco nas adaptações ou ausência delas para atender às necessidades específicas de alunos com deficiência, especialmente os surdos;
- b) Identificar os impactos da aplicação oral no processo de ensino-aprendizagem, considerando as especificidades da Língua Brasileira de Sinais (Libras) e os desafios da inclusão;
- e c) Propor sugestões de adaptações avaliativas para garantir a inclusão e a participação efetiva de alunos surdos nas avaliações de Língua Portuguesa (escrita), considerando as diretrizes da educação especial e as especificidades da Libras.

Inicialmente, solicitamos à uma escola de ensino fundamental de anos iniciais com a carga horária de tempo integral da cidade de Ouro Velho-PB, os arquivos para fins de análise científica. Após receber os arquivos, identificamos que em cada Ciclo são aplicadas quatro avaliações na seguinte ordem: (I) Língua Portuguesa - Leitura, na qual o aluno leem textos ou ouvem palavras para escolher a resposta correta; (II) Língua Portuguesa - Escrita, que propõe atividades de escrita baseadas no que o aluno ouviu e imagens para serem descritas ou construção de textos; (III) Fluência Leitora, que avalia a fluência por meio da leitura cronometrada de palavras, palavras possivelmente desconhecidas (pseudopalavras) e um texto, sendo que no final, o aluno responderá à três perguntas sobre o referido texto, informando apenas a letra correspondente; (IV) Matemática. Nossa análise concentra-se no Ciclo III do caderno de Língua Portuguesa - Escrita do 3º ano dos Anos Iniciais, que se organiza em torno de dois cadernos distintos, cada qual com uma função específica sendo um para o aplicador/professor e outro para o aluno.

A avaliação de fluência considera a quantidade e a precisão das palavras lidas em tempo determinado para classificar o aluno como leitor fluente, iniciante ou pré-leitor.

O caderno do aplicador/professor serve como guia completo para a realização da avaliação, contendo instruções detalhadas sobre a aplicação das provas, o preenchimento do formulário de correção e as questões com os procedimentos a serem adotados no momento da aplicação, como mostra as figuras abaixo.

Figura 1: instruções para correção da avaliação do caderno do aplicador

FORMULÁRIO DE CORREÇÃO DO(A) PROFESSOR(A) – 3EF		MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO		GOVERNO FEDERAL		BRASIL		CAEd	
AVALIAÇÃO CONTÍNUA DA APRENDIZAGEM – CICLO III / 2024									
Nome do(a) estudante: _____									
Data de nascimento do(a) estudante: ____ / ____ / ____				Nome da turma: _____					
INSTRUÇÕES									
<p>Prezado(a) Professor(a), para realizar a correção do teste, consulte o Guia de Correção desta etapa, disponibilizado na plataforma. Verifique as orientações para a avaliação de cada questão. Ao realizar as marcações neste formulário, preencha o círculo completamente e com nitidez, utilizando caneta esferográfica de tinta azul ou preta.</p>						<p>EXEMPLO DE PREENCHIMENTO</p> <ul style="list-style-type: none"> resposta à questão 1 = A → <input type="radio"/> A <input checked="" type="radio"/> B <input type="radio"/> C <input type="radio"/> D resposta à questão 7 = C → <input type="radio"/> A <input type="radio"/> B <input checked="" type="radio"/> C <input type="radio"/> D 			
 1966EP0301									
Questão 01 - Escrita de palavra a partir de ditado									
Situação de correção		<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Aspecto 1 - Ortografia		<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Questão 02 - Escrita de frase a partir ditado									
Situação de correção		<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Aspecto 1 - Ortografia		<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Questão 03 - Escrita de frase a partir de cena									
Situação de correção		<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Aspecto 1 - Plausibilidade com a imagem		<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Aspecto 2 - Ortografia		<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Questão 04 - Produção de uma narrativa a partir de cenas									
Situação de correção		<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Aspecto 1 - Adequação à proposta		<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Aspecto 2 - Tipologia textual		<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Aspecto 3 - Uso da página		<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Aspecto 4 - Ortografia		<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Aspecto 5 - Pontuação		<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Aspecto 6 - Coesão		<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Aspecto 7 - Segmentação		<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2221351343									

O Caderno do Aplicador contém orientações rigorosas que devem ser seguidas fielmente, mas sua estrutura não considera as especificidades dos alunos surdos, tornando a avaliação desigual.

Figura 2: Instrução da questão 1 da avaliação do caderno do aplicador.

EP0301_APLIC

Aplicador, ler **SOMENTE** a(s) informação(ões) que apresenta(m) o desenho de um megafone .

Questão 01 E00092578

 **Escreva a palavra que eu vou dizer:**

 **GAFANHOTO.**

BL01EP03

Fonte: CAEd/UFJF

A primeira orientação ilustrada na figura 2 indica que o aplicador deve ler apenas as informações marcadas com o ícone de um megafone, o que pressupõe que os alunos receberão as instruções exclusivamente por meio da oralidade. Isso desconsidera a necessidade de acessibilidade linguística, já que muitos alunos surdos não compreendem plenamente o português oral e dependem da Língua Brasileira de Sinais (Libras) ou da escrita para acessar as informações.

Na figura 2, revela sobre a questão 1 reforça esse problema ao exigir que o aluno escreva uma palavra ouvida ("gafanhoto"), o que inviabiliza a participação de alunos surdos que não têm percepção auditiva suficiente para identificar e transcrever um termo apenas com base na fala do aplicador. Isso coloca os estudantes em uma posição de desvantagem, pois não avalia seu real conhecimento, mas sim sua capacidade de acessar uma informação que não está disponível em sua língua principal.

Figura 3: Capa do caderno do aluno da avaliação Ciclo III

CAEd

2024

**AVALIAÇÃO CONTÍNUA DA APRENDIZAGEM
CICLO III**

ESCRITA
3º ano do Ensino Fundamental

**CADERNO
EP0301**

Nome do(a) estudante

Data de Nascimento do(a) estudante

Caro(a) estudante,

Você está participando da Avaliação Contínua da Aprendizagem Ciclo III - 2024.
Sua participação é muito importante para sabermos como está a nossa educação.

- ☉ Este caderno é composto de questões de Escrita.
- ☉ Responda com calma, procurando não deixar nenhuma questão em branco.

Bom teste!

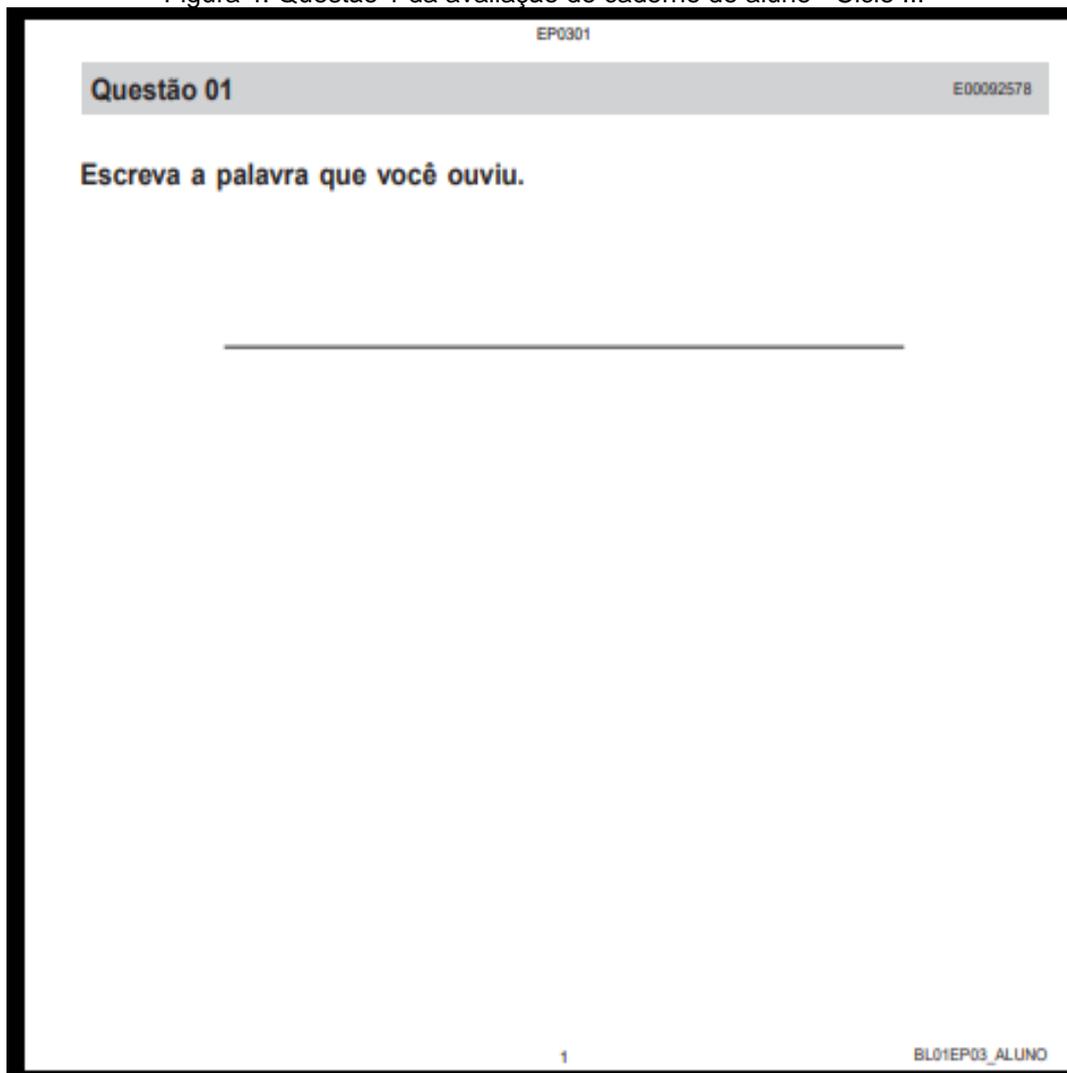
Criança Alfabetizada

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

GOVERNO FEDERAL

Fonte: CAEd/UFJF

Figura 4: Questão 1 da avaliação do caderno do aluno - Ciclo III

The image shows a screenshot of a student assessment question. At the top center, the code "EP0301" is visible. Below it, a grey header bar contains "Questão 01" on the left and "E00092578" on the right. The main instruction reads "Escreva a palavra que você ouviu." followed by a horizontal line for the answer. At the bottom center, the number "1" is displayed, and at the bottom right, the code "BL01EP03_ALUNO" is present.

Fonte: CAEd/UFJF

Na figura 3, indica o início do caderno do aluno, esse é o instrumento de coleta de dados, no qual o estudante registra suas respostas às questões propostas. Este caderno, geralmente mais simples e direto, apresenta as perguntas de forma clara e objetiva, permitindo ao aluno responder de acordo com as instruções do aplicador/professor.

Já na figura 4 que retrata a questão 1 no caderno do aluno, apresenta um problema significativo para alunos surdos, pois pressupõe habilidades auditivas que eles podem não ter. Como a avaliação exige que o aluno escreva uma palavra que "ouviu", estudantes surdos que não utilizam aparelhos auditivos ou que não têm percepção sonora suficiente seriam diretamente prejudicados.

Não apenas isso, mas também, mesmo para aqueles que utilizam aparelhos auditivos ou implantes cocleares, a distinção de sons da fala pode ser desafiadora, especialmente em ambientes escolares com ruídos. Sem adaptações adequadas, essa questão não avalia o conhecimento do aluno, mas sim sua capacidade auditiva, o que não é o objetivo pedagógico esperado.

Figura 5: Instrução da questão 2 da avaliação do caderno do aplicador.

EP0301_APLIC

Aplicador, ler **SOMENTE** a(s) informação(ões) que apresenta(m) o desenho de um megafone .

Questão 02E00092582

 **Escreva a frase que eu vou dizer:**

 **O MENINO GANHOU UM CACHORRO.**

2 BL01EP03

Fonte: CAEd/UFJF

Na figura 5 que segue com a questão 2, "escreva a frase que vou dizer: o menino ganhou um cachorro" apresenta um grande desafio para alunos surdos, principalmente porque exige que eles escrevam uma frase baseada em uma instrução

oral do aplicador. Para surdos, especialmente aqueles que têm a Libras como primeira língua, a compreensão de uma instrução oral em português pode ser difícil, visto que o português oral não é a sua língua materna. A falta de uma tradução acessível ou de suporte em Libras coloca os alunos surdos em uma situação de desvantagem, já que a maioria deles não tem fluência imediata na língua falada.

Somando à isso, a tarefa exige que o aluno escreva uma frase inteira, o que pode ser problemático para aqueles cuja habilidade de escrita em português ainda está em desenvolvimento, uma vez que o português escrito é uma segunda língua para muitos surdos.

Conforme Quadros e Schmiedt e Schmiedt (2006, p. 22) reforça sobre a aquisição da linguagem através da língua portuguesa, “a sua aquisição dependerá de sua representação enquanto língua com funções relacionadas ao acesso às informações e comunicação entre seus pares por meio da escrita”. O domínio dessa língua pode não ser equivalente ao de ouvintes, e, portanto, a tarefa de transcrição de uma frase ditada pode não refletir adequadamente a competência dos alunos em expressar ideias.

O modelo de avaliação utilizado não leva em consideração as particularidades do bilinguismo dos alunos surdos e as diferentes formas de acessibilidade que seriam necessárias para garantir que eles compreendam e consigam realizar a atividade de maneira equitativa.

De acordo com Quadros e Schmiedt e Schmiedt (2006, pg 23), ressalta sobre a ideia de mudança de conhecimento de uma língua para outra, “mas sim um processo paralelo de aquisição e aprendizagem em que cada língua apresenta seus papéis e valores sociais representados”.

Figura 6: Questão 2 da avaliação do caderno do aluno - Ciclo III

Questão 02 E00092582

Escreva a frase que você ouviu.

2 BL01EP03_ALUNO

Fonte: CAEd/UFJF

Na figura 6, designada ao caderno do aluno, a questão "Escreva a frase que você ouviu" apresenta um desafio significativo para alunos surdos, especialmente para aqueles que têm a Libras como primeira língua e pouca ou nenhuma percepção auditiva. Como a compreensão da fala em português pode ser limitada para esses estudantes, a tarefa de ouvir e transcrever uma frase se torna desproporcionalmente difícil, comprometendo a equidade da avaliação.

Essa questão apresenta sérias limitações para alunos surdos, especialmente porque exige que eles compreendam uma frase descrevendo o que acontece, sem qualquer auxílio verbal do aplicador. Essa exigência de interpretação visual e

expressão escrita pode ser desafiadora para alunos surdos que, em muitos casos, têm a Libras como sua língua principal e podem não ter o mesmo nível de fluência no português escrito, o que dificulta a tradução visual para uma frase escrita.

Ademais, a ausência de suporte adicional, como uma explicação escrita ou em Libras, coloca uma barreira significativa para os alunos. Embora a frase possa ser clara para alguns, a interpretação dela pode ser influenciada pela bagagem linguística e cultural do aluno. Alunos surdos que ainda estão desenvolvendo suas habilidades no português escrito podem ter dificuldades para transformar uma simples observação visual (de um menino que ganhou um cachorro) em uma frase completa e gramaticalmente correta. O fato de não poderem contar com a descrição oral do aplicador ou com algum tipo de mediação acessível pode comprometer a avaliação de maneira injusta.

As questões 01 e 02 (Figuras 03 e 05) são um ponto crucial sobre a avaliação de alunos surdos, especialmente no início da escolarização. A exigência de domínio da língua portuguesa escrita para um aluno surdo, cuja língua materna é a Libras, coloca-o em uma desvantagem significativa. Por isso, ao priorizar a língua portuguesa escrita, a avaliação desconsidera a importância da Libras como língua materna dos surdos e como ferramenta fundamental para a aprendizagem e o desenvolvimento cognitivo.

Figura 7: Instrução da questão 3 da avaliação do caderno do aplicador.

EP0301_APLIC

Aplicador, ler **SOMENTE** a(s) informação(ões) que apresenta(m) o desenho de um megafone .

Questão 03 E00092586

: Veja a cena abaixo.



: Escreva uma frase contando o que acontece nessa cena.

3 BL01EP03

Fonte: CAEd/UFJF

Figura 8: Questão 3 da avaliação do caderno do aluno - Ciclo III

EP0301

Questão 03 E00092588

Veja a cena abaixo.



Escreva uma frase contando o que acontece nessa cena.

3 BL01EP03_ALUNO

Fonte: CAEd/UFJF

Na figura 7, que menciona a questão 3, do caderno do aplicador, o auxílio verbal apenas traduz o que está escrito, ou seja, nesta questão, ela é direcionada tanto para pessoa com Deficiência, quanto os ouvintes. Esse método de avaliação considera o fato de que muitos surdos, especialmente aqueles em processo de alfabetização em português, podem ter um domínio limitado da escrita, o que pode interpretar e transmitir suas respostas. Porém, é desnecessária, pois esta ação é excludente, a partir do momento que a fala é dirigida apenas para um grupo seleto de pessoas, as demais podem não saber o que fazer, pelo fato de não ouvirem.

Conforme Quadros e Schmiedt (2006, p. 23), ressalta sobre a referência que as imagens são baseadas:

A criança surda pode ter acesso a representação gráfica da língua portuguesa, processo psicolinguístico da alfabetização e à explicitação e construção das referências culturais da comunidade letrada. A tarefa de ensino da língua portuguesa tornar-se-á possível, se o processo for de alfabetização de segunda língua, sendo a língua de sinais reconhecida e efetivamente a primeira língua. (Quadros e Schmiedt e Schmiedt, 2006, pg. 23)

Na figura 8 apresenta o suporte visual na formulação da questão pode transcrever o que se espera da resposta para o aluno, porém, o que se aponta aqui é a leitura do caderno do aplicador é desnecessária.

Figura 9: Instrução da questão 4 da avaliação do caderno do aplicador.

EP0301_APLIC

Aplicador, ler **SOMENTE** a(s) informação(ões) que apresenta(m) o desenho de um megafone 🗣️.

Questão 04 E00092590

🗣️ **Veja os quadrinhos abaixo.**

Disponível em: <https://meuink.ft/HtzrmDwnLywodKIG>. Acesso em: 2 out. 2024. Adaptado para fins didáticos.

🗣️ **Escreva uma história contando o que acontece nesses quadrinhos.**

4 BL01EP03

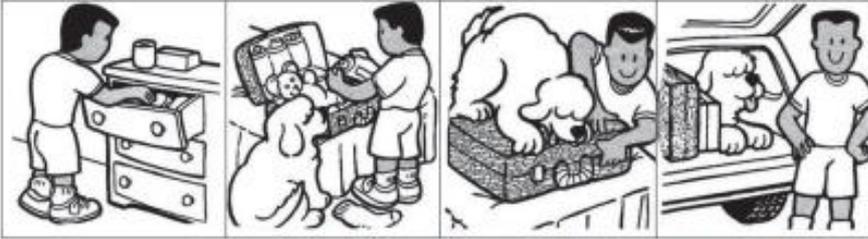
Fonte: CAEd/UFJF

Figura 10: Questão 4 da avaliação do caderno do aluno - Ciclo III

EP0301

Questão 04 E00092590

Veja os quadrinhos abaixo.



Disponível em: <https://meulink.flihtznmDwnLjhwodKG>. Acesso em: 2 out. 2024. Adaptado para fins didáticos.

Escreva uma história contando o que acontece nesses quadrinhos.

4 BL01EP03_ALUNO

Fonte: CAEd/UFJF

Na figura 9, na questão 4, que exige que o aluno surdo compreenda e descreva uma cena apenas com base em uma imagem, apresenta várias limitações, principalmente porque não oferece qualquer tipo de apoio linguístico adequado à realidade de um estudante surdo. O fato de a descrição ter que ser feita sem a mediação de uma explicação verbal ou escrita coloca o aluno surdo em desvantagem, já que a maioria deles utiliza a Libras como primeira língua e pode ter dificuldades com a interpretação de imagens para a construção de frases no português escrito.

A descrição da cena, que envolve um homem fazendo mudança com a ajuda de um cachorro, exige uma análise detalhada de diversos elementos visuais (como a relação entre o homem, o cachorro e as malas), e a capacidade de produzir uma frase coerente que resuma essas ações. Para um aluno surdo que não tem um domínio

completo do português escrito (por ser uma segunda língua para ele), transformar essa interpretação visual em uma frase clara e gramaticalmente correta pode ser um grande desafio.

Para os alunos surdos, especialmente aqueles que estão no processo de alfabetização em português, a tarefa pode não refletir corretamente seu nível de compreensão da cena, mas sim suas dificuldades linguísticas. A exigência de uma produção escrita de forma isolada, sem adaptações adequadas, torna a avaliação não inclusiva, pois não leva em consideração a diversidade linguística e cultural desses alunos.

As quatro questões apresentadas evidenciam o papel crucial da comunicação oral do aplicador/professor durante a aplicação de avaliações. O ícone do megafone³, presente em cada enunciado, simboliza a voz do aplicador/professor, que orienta os alunos em todas as etapas da avaliação. Essa comunicação verbal é fundamental para garantir a compreensão das instruções, a clareza nas dúvidas e a padronização da aplicação.

Ao utilizar a fala para os ouvintes de forma clara, objetiva e concisa, o aplicador contribui significativamente para a validação dos resultados obtidos na avaliação, assegurando que os estudantes tenham as mesmas “oportunidades” de demonstrar seus conhecimentos.

Aliás, a exigência de produção escrita pode representar um obstáculo, considerando que o português é uma segunda língua para muitos surdos e que a construção textual pode não refletir plenamente sua capacidade de interpretação dos quadrinhos.

A falta de adequação pedagógica é outro ponto crítico, pois a questão não oferece alternativas acessíveis, como um enunciado escrito detalhado ou a possibilidade de responder em Libras por meio de vídeo. Dessa forma, a avaliação não garante equidade, pois desconsidera as especificidades do aprendizado bilíngue e pode prejudicar a demonstração real das habilidades dos alunos surdos.

Apesar dessa prática auxiliar no desenvolvimento da escuta ativa, no treinamento da memória auditiva e no exercício da ortografia e da estruturação de frases, há outros aspectos que ficam pendentes, como por exemplo, como essas

³ Aparelho que uma pessoa pode usar para fazer-se ouvir à distância. Dicionário on-line de Português. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/megafone/>. Acesso em 23 Ago 2024.
avaliações serão aplicadas aos alunos surdos?

A avaliação, quando aplicada de forma oral a sujeitos surdos, apresenta uma série de desafios que impedem a participação equitativa desses indivíduos e comprometem a validade dos resultados. A principal questão a ser abordada é a impossibilidade de o surdo escrever o que se pede, uma vez que a modalidade oral da avaliação não considera as especificidades da Libras e das necessidades comunicativas do sujeito surdo.

A Libras é a língua natural dos surdos e a principal forma de expressão e compreensão. A aplicação oral, ao desconsiderar a Libras, cria uma barreira de comunicação que impede a compreensão plena das questões e a elaboração de respostas adequadas, restringindo as possibilidades de expressão do surdo, que pode ter dificuldades em transmitir suas ideias e conhecimentos de forma completa e precisa.

Primeiro, a língua natural dos surdos é a Libras, não a língua portuguesa oral; segundo, a surdez impede a pessoa de ouvir, anatomicamente é impossível que isso aconteça; terceiro, não há um intérprete de Libras para auxiliar na comunicação, o que dificulta a compreensão das questões pelo aluno surdo; quarto, essa forma de questão é discriminatória, pois ignora a cultura e a língua dos surdos; Por último, essas questões não mede o conhecimento do aluno, mas sim sua capacidade de decodificar a fala, o que não é relevante para um surdo.

A análise da elaboração da avaliação não se configura como objeto deste estudo, uma vez que carecemos de informações sobre a formação e os critérios utilizados pelos elaboradores das questões. A ausência de dados sobre a qualificação dos profissionais envolvidos no processo avaliativo, especialmente no que concerne à educação inclusiva, impede uma análise mais aprofundada das questões e de suas possíveis implicações.

Por outro lado, vale salientar que na maioria das vezes isso acontece, justamente, devido a avaliação estará baseada em uma cultura oral e auditiva, desconsiderando a cultura visual e a experiência de vida dos surdos contribuindo assim com a dificuldade em compreender e responder às questões gerando insegurança no surdo e afetando seu desempenho na avaliação podendo seus conhecimentos e habilidades.

Sendo assim, a análise dos recursos de avaliação disponibilizados revelou uma lacuna significativa no atendimento às necessidades educacionais especiais. Embora o programa ofereça adaptações como materiais ampliados e/ou em Braille para alunos

com deficiência visual, essas medidas, por si só, não garantem a inclusão integral de todos os estudantes com necessidades especiais. Em particular, os alunos surdos permanecem marginalizados no processo avaliativo, uma vez que as ferramentas e procedimentos atuais não contemplam suas especificidades linguísticas e culturais porque a aplicação se dá de forma oral.

Em vista das análises e dos argumentos apresentados, a aquisição da escrita representa um marco fundamental no desenvolvimento da compreensão social e na alfabetização de todos os indivíduos. No contexto da educação de surdos, a modalidade visual, potencializada por recursos como legendas descritivas, interpretação em Libras e orientações específicas, torna-se essencial para garantir a acessibilidade e a significação dos textos, promovendo a inclusão e a autonomia desses estudantes.

Diante disso, a pesquisa estendeu-se ao professor/aplicador através do *Google Forms*, contendo perguntas sobre a importância e a aplicabilidade da prova do programa Compromisso Nacional da Criança Alfabetizada da Avaliação (CNCA) em ambas as respostas tem a mensagem positiva sobre o programa que prepara os alunos para as provas provindas como SAEB e o SIAVE.

A pergunta seguinte questiona sobre o fato de medir com precisão as habilidades linguísticas dos alunos surdos, porém, as professoras/aplicadoras informaram que não é possível, pois nas questões que necessitam do aluno ouvir para escrever, a questão fica em branco.

A terceira pergunta trata da dificuldade no momento da aplicação, sendo que uma professora relatou que na sala de aula não tem aluno surdo, mas que a dificuldade na aplicação deve ser a mesma, pois o aluno que não consegue responder à prova, fica com a nota baixa no sistema. Ambas professoras alegaram neste quesito sobre a impossibilidade de sinalizar que o referido aluno tem deficiência.

Já na quarta pergunta infere sobre o impacto que essas avaliações têm para

O Google Forms é uma ferramenta gratuita do Google que permite a criação de formulários personalizados para coleta de dados, pesquisas e avaliações de forma prática e acessível. Integrado ao Google Drive, possibilita a análise automática das respostas e a exportação dos dados para planilhas, facilitando a organização e interpretação das informações. O formulário deste trabalho encontra-se disponível em: <https://forms.gle/qunwcrpxZsYapiLP8>. Fonte: GOOGLE. O que é o Google Forms?. Disponível em: <https://www.google.com/forms/about/>. Acesso em: 02 fev. 2025.

com o aluno surdo, um docente mencionou que a exclusão desses alunos no momento de uma avaliação por conta de não verbalizar e enfatizou que no sistema não tem avaliação apropriada para esse público e nem os demais casos.

Na quinta questão questiona sobre a alternativa sugerida pelo professor/aplicador para que o aluno tenha acesso às informações da prova, ambas as respostas tiveram como alternativa, uma imagem que descrevesse a ação.

Com base na exemplificação desses recursos, incide-se que os alunos surdos encaram barreiras que limitam não apenas só a sua participação nas avaliações em sua totalidade, mas também seu progresso no processo de alfabetização. Uma das principais sugestões para a adequação da avaliação de Língua Portuguesa - Escrita é a utilização de vídeos que apresentem o texto a ser lido em formato visual, ou seja, sinalizada em Libras, para o discente, através de legendas descritivas detalhadas, ou com interpretação em Libras. Desta forma, o aluno tem acesso ao conteúdo através de uma linguagem acessível.

Apesar do programa afirmar que o processo é inclusivo e apresentar alguns materiais adaptados, ainda não oferece recursos que contemplam a diversidade de necessidades dentro do espectro das deficiências sensoriais, em especial as de alunos surdos. Logo, as Pessoa com Deficiência Auditiva permanecem sem oportunidade de serem incluídos no processo avaliativo do programa, ocasionando assim, demonstrar suas competências.

Outra opção é a qualificação dos profissionais que aplicam essas avaliações. Sendo que no processo das avaliações, os próprios professores regentes da turma, são os mesmo que aplicam as avaliações sendo que muitos não possuem habilitação em Libras ou formação adequada para lidar com alunos com deficiência auditiva. A capacitação desses profissionais para o público surdo é uma medida essencial para garantir que os educandos sejam avaliados de forma justa e adequada, respeitando suas especificidades.

É importante que os professores tenham uma formação continuada para atender os discentes cujos possuem deficiência. O Artigo 59 da lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional estabelece que "os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais (...) professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado".

Outra alternativa é contar com o apoio de intérpretes de Libras durante o processo avaliativo. Caso, a capacitação de todos os docentes em Libras não seja

viável em curto prazo, a presença de um intérprete durante a avaliação de Língua Portuguesa - Escrita pode assegurar que o aluno surdo compreenda as instruções e tenha suporte linguístico adequado durante o exame. O intérprete pode auxiliar na explicação das questões e na interpretação do texto, garantindo que o aluno surdo tenha o mesmo entendimento da atividade que um aluno ouvinte. Garantindo assim que todos possam ser incluídos nas avaliações.

6 CONCLUSÃO

A análise da "Avaliação Contínua da Aprendizagem Ciclo III do componente curricular Língua Portuguesa - Escrita do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada sob a lente da inclusão para pessoas surdas analisou o caderno do aluno e do professor/aplicador. Sendo que a referida pesquisa tem como objetivo geral, analisar a acessibilidade de alunos surdos em avaliações externas de Língua Portuguesa - escrita, considerando práticas avaliativas, impactos da aplicação oral e adaptações inclusivas. tendo como objetivos específicos pretende-se investigar adaptações existentes, ou não, nas avaliações externas à população considerada; examinar os impactos da aplicação oral quanto ao ensino-aprendizagem, pautando-se na Libras; propor adaptações que possibilitem inclusão e equidade, baseando-se na legislação de libras e educação especial.

O presente estudo revelou que, lamentavelmente, muitas dessas práticas avaliativas dentro do programa CNCA ainda não são inclusivas e, portanto, não atendem adequadamente às necessidades de Pessoas Com Deficiência Auditiva.

Logo, a escola inclusiva enfatiza o desenvolvimento completo do ser humano, permitindo aos estudantes, independentemente de suas condições, um ambiente transformador. Oposto do ideal, evidenciamos que as avaliações, em sua maioria, são estruturadas de maneira que desconsideram as especificidades da língua e da cultura surda, comprometendo a equidade no processo educativo. De acordo com Quadros e Schmiedt (2006, p 25):

A língua de sinais é uma língua espacial-visual e existem muitas formas criativas de explorá-la. Configurações de mão, movimentos, expressões faciais gramaticais, localizações, movimentos do corpo, espaço de sinalização, classificadores são alguns dos recursos discursivos que tal língua oferece para serem explorados durante o desenvolvimento da criança surda e que devem ser explorados para um processo de alfabetização com êxito (Quadros e Schmiedt, 2006, p. 25)

Em suma, as avaliações aplicadas no componente curricular Língua Portuguesa – Escrita, analisadas por nós, com foco na Língua Portuguesa para sujeitos surdos revelam a urgente necessidade de adaptações e reestruturações para garantir a inclusão e a equidade no processo avaliativo. De acordo com Quadros e Schmiedt (2006, p. 27) retrata sobre a inclusão de materiais alternativos em espaço

escolar, “explorar a produção de vídeos de produções literárias de adultos, bem como das próprias produções das crianças, é uma das formas de garantir um registro da produção em sinais com qualidade”.

Conforme Quadros e Schmiedt (2006, p. 18) reforça o fato dos professores ainda não dominarem a Libras, “a escola não tem estrutura ou recursos humanos para garantir aos alunos surdos o direito à educação, à comunicação e à informação”. A ausência de domínio da Libras por parte dos aplicadores e a falta de empatia dos elaboradores de provas como estas, que muitas vezes não consideram a Língua Portuguesa como segunda língua para os surdos, resultam em avaliações que não refletem o real potencial desses estudantes.

A avaliação oral, em particular, exige a presença de intérpretes de Libras qualificados para garantir a comunicação eficaz entre o avaliador e o avaliado. Já a avaliação escrita demanda uma abordagem pedagógica que valorize a língua de sinais como base para a aquisição da língua portuguesa e que leve em conta as especificidades da escrita dos surdos.

A formação bilíngue, reconhecida como um direito dos surdos, promove uma educação mais equitativa, permitindo que esses alunos desenvolvam suas competências cognitivas e comunicativas em um ambiente que respeite sua identidade linguística, respaldadas pela Lei 14.191 de 03 de agosto de 2021. No entanto, as questões de avaliação, especialmente em contextos externos, carecem de um olhar mais atento e de práticas que considerem as especificidades desse grupo.

Consideramos fundamental que as instituições responsáveis pela elaboração e aplicação de avaliações externas promovam a formação continuada de seus profissionais, sensibilizando-os para as questões da surdez e da inclusão. Somando à isso, é preciso investir em pesquisas que aprofundem o conhecimento sobre a aprendizagem da Língua Portuguesa por surdos, tendo em vista que é a língua oficial do Brasil, e que contribuam para o desenvolvimento de instrumentos de avaliação mais adequados e justos. Conforme Quadros e Schmiedt (2006, p. 27), “as formas de registros iniciais são essencialmente visuais e precisam refletir a complexidade da língua de sinais”.

Este estudo, embora preliminar, busca contribuir para a reflexão sobre as práticas avaliativas e para a construção de um sistema educacional mais inclusivo para os surdos. Os resultados apresentados apontam para a necessidade de ações

urgentes e transformadoras, que garantam o direito dos surdos à educação de qualidade e à participação plena na sociedade.

É preciso destacar que a superação dos desafios encontrados na avaliação de surdos exige um esforço conjunto de diversos atores sociais, incluindo educadores, pesquisadores, gestores educacionais e a própria comunidade surda. Ao promover a inclusão e a valorização da diversidade, estamos construindo uma sociedade mais justa e equitativa para todos.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Vera Teixeira de; BORDINI, Maria da Glória. *Literatura: A formação do leitor. Alternativas metodológicas*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1993. p. 26.

ANDREIS-WITKOSKI, S. *Introdução à Libras: língua, história e cultura*. Curitiba: Ed. UTFPR, 2015.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. *Estatuto da Criança e do Adolescente*. Brasília: Senado Federal, 2021. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 16 fev. 2025.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. *Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional*. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Seção 1, p. 27.833. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf. Acesso em: 16 fev. 2025.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Art. 2º, inciso I. Brasília: Senado Federal, 2017. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 16 fev. 2025.

_____. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. *Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências*. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 25 abr. 2002. Seção 1, p. 23. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm. Acesso em: 16 fev. 2025.

_____. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. *Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência*. Brasília: Senado Federal, 2015. p. 13. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 16 fev. 2025.

_____. Lei nº 14.191, de 3 de agosto de 2021. *Altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional para dispor sobre a educação bilíngue de surdos*. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 4 ago. 2021. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/l14191.htm. Acesso em: 26 nov. 2024.

_____. Ministério da Educação. *Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva*. MEC/SECADI: Brasília, 07 jan. 2008. p. 17. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeduc ESPECIAL.pdf>. Acesso em: 16 fev. 2025.

_____. Ministério da Educação (MEC). Decreto nº 11.556, de 12 de junho de 2023. *Institui o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada*. *Diário Oficial da União*: 1 seção 1, Brasília, DF, ano 160, n. 111, p. 2, 13 jun. 2023. p. 16. Disponível em <file:///C:/Users/janaina/Downloads/100%20-%20UEPB/ZZ%20%C3%BA%20ultima%20refer%C3%Aancia/202403011AvaliaodoImplementaodoCompromisso.pdf>. Acesso em 28 fev. 2025.

_____. Ministério da Educação (MEC). *1ª Avaliação do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada: Avaliação de Implementação 2023*. Brasília, DF: MEC, 2024. p. 7.

_____. Ministério da Educação (MEC). *Cartilha do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada*. Disponível em <https://www.gov.br/mec/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/institucionais/compromisso-nacional-crianca-alfabetizada.pdf>. Acesso em 28 fev. 2025. p 9.

CAGLIARI, Luiz Carlos. *Alfabetização e linguística*. São Paulo: Ática, 1992. p. 102-104.

CARVALHO, Rosita Edler. *Educação inclusiva: com os pingos nos "é"*. 5. ed. Porto Alegre: Editora Mediação, 2007. p. 26, 34.

CLAUDE, Richard Pierre. *Direito à educação e educação para os direitos humanos*. *SUR - Revista Internacional de Direitos Humanos*, v. 2, n. 2, 2005. Tradução: Anna Maria Quirino.

DEPRESBITERIS, L. *Avaliando competências na escola de alguns ou na escola de todos?* Boletim Técnico do Senac, v. 27, n. 3, set.-dez. 2001. pg 144.

FERRAREZI Jr., Celso; CARVALHO, Robson Santos de. *De alunos a leitores: o ensino da leitura na educação básica*. São Paulo: Parábola Editorial, 2017. p. 17.

FREIRE, Paulo. *A importância do ato de ler em três artigos que se completam*. São Paulo: Autores Associados; Cortez, 1989. p. 20.

_____. *Educação como prática da liberdade*. 19. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. p. 146.

GADOTTI, Moacir. *História das ideias pedagógicas*. São Paulo: Ática, 2005. p. 17.

GESSER, Audrei. *O ouvinte e a surdez: sobre ensinar e aprender a Libras*. São Paulo: Editora Parábola, 2012. p. 142.

GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. P 41.

HAYDT, Regina Célia C. *Curso de didática Geral*. 8. Ed. São Paulo: Ática. Pg. 275 - 276, 288 e 293.

KOCH, Ingedore Villaça. *O texto e a construção dos sentidos*. São Paulo: Contexto, 2018. p. 7.

LEBEDEFF, Tatiana Bolívar. *Aprendendo a ler "com outros olhos": relatos de oficinas de letramento visual com professores surdos*. *Cadernos de Educação*, Pelotas, n. 36, 2010. p. 175-195.

LIBÂNEO, José Carlos. *Didática*. São Paulo: Cortez, 1994.

KATO, Mary A. *No mundo da escrita: uma perspectiva psicolinguística*. São Paulo: Editora Ática, [s.d.]. p. 60.

LUCKESI, Carlos Cipriano. *Avaliação da Aprendizagem: componente do ato pedagógico*. São Paulo: Cortez, 2011b. p. 2 - 3

LUCKESI, Cipriano Carlos. *Avaliação da aprendizagem escolar*. São Paulo: Cortez, 2005

Pereira, Maria Cristina da Cunha.(org). *Libras - Conhecimento além dos sinais*. São Paulo. Pearson Prentice Hall, 2011. p. 15.

PEREIRA, R. C. *Surdez: aquisição de linguagem e inclusão social*. Rio de Janeiro: Revinter, 2008.

QUADROS E SCHMIEDT, Ronice Müller de; SCHMIEDT, Magali LP *Ideias para ensinar português para alunos surdos*. Brasília: MEC, SEESP, 2006. Pgs. 19 – 33.

Silva, A. P. S. L. da, & Ferreira, J. B. N. *Libras videossinalizada: o processo de produção para alunos surdos*. Disponível em <https://repositorio.ufersa.edu.br/server/api/core/bitstreams/11f4d1e5-33ad-4545afe503fa3db47d6a/content#:~:text=O%20uso%20de%20recursos%20did%C3%A1ticos,clara%20e%20consigam%20se%20desenvolver>. Acesso em 23 fev. 2025.

SIQUEIRA, Izabella. O que vem por aí? Alfabetização e implementação do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada. Disponível em <https://jeduca.org.br/noticia/o-que-vem-por-ai-alfabetizacao-e-implementacao-do-compromisso-nacional-crianca-alfabetizada>. Acesso em 20 dez 2024. p 1.

STROBEL, Karin. *História da educação de surdos*. Florianópolis: UFSC, 2009.

STROBEL, K. Surdos: vestígios culturais não registrados na história. 2008.176 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008a. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/91978/261339.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 20 nov. 2024. pg. 83,85, 93.

APÊNDICE A – DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS

ANEXO 1 – Portaria do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada

18/12/2023, 17:09

SEI/MEC - 4534992 - Portaria



Ministério da Educação

PORTARIA Nº 62, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2023

Altera a Portaria nº 56, de 27 de novembro de 2023, que designa os articuladores da Rede Nacional de Articulação de Gestão, Formação e Mobilização (Renalfa), do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (CNCA).

A SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 1º, inciso III, da Portaria nº 475, de 16 de março de 2023, e considerando o disposto no art. 7º, § 2º, da Portaria nº 1.774, de 1º de setembro de 2023, resolve:

Art. 1º O art. 1º da Portaria nº 56, de 27 de novembro de 2023, passa a vigorar com a seguinte alteração:

“Art. 1º Ficam designados os articuladores da Rede Nacional de Articulação de Gestão, Formação e Mobilização (Renalfa), do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (CNCA), instituído pelo Decreto nº 11.556, de 2023, e regulamentado pela Portaria nº 1.774, de 1º de setembro de 2023, conforme Anexos I, II, III e IV desta Portaria.”
(NR)

Art. 2º Ficam incluídos, na Portaria nº 56, de 27 de novembro de 2023, os Anexos I, II, III e IV da presente Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

KÁTIA HELENA SERAFINA CRUZ SCHWEICKARDT

 Documento assinado eletronicamente por **Kátia Helena Serafina Cruz Schweickardt**, Secretário(a), em 15/12/2023, às 19:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.

 A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mec.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **4534992** e o código CRC **D3F532B9**.

Fonte: Disponível em https://www.gov.br/mec/pt-br/crianca-alfabetizada/pdf/Portaria62MECRENALFA_FlaviaCristinaPani.pdf

ANEXO 02: Parte introdutória da pesquisa pelo google forms

Entrevista – Avaliação Externa para Alunos Surdos

Este questionário faz parte da pesquisa acadêmica de conclusão de curso da aluna Janaina Soraia Costa Marques, do curso de Letras – Português, do Campus VI, localizado no município de Monteiro. A pesquisa tem como objetivo analisar as práticas de avaliação externa para alunos surdos, identificando as dificuldades enfrentadas durante as avaliações e possíveis adaptações que podem ser realizadas para melhorar o processo.

Gostaríamos de enfatizar que **todas as respostas coletadas são de caráter estritamente acadêmico** e serão utilizadas exclusivamente para a conclusão do trabalho de monografia. Os dados serão analisados de maneira **anônima** e não serão divulgados de forma a identificar os colaboradores, sendo usados apenas para fins de estudo. Nomes verdadeiros serão substituídos por identificações fictícias, **assegurando o sigilo e a privacidade de todos os envolvidos**.

A sua colaboração é de extrema importância para o desenvolvimento dessa pesquisa, e agradecemos imensamente pelo seu tempo e contribuição.

Em caso de dúvidas, favor entrar em contato com

Janaina Soraia Costa Marques

janaina.marques@aluno.uepb.edu.br

(83) 9 9663-1575

janaina.marques@aluno.uepb.edu.br [Mudar de conta](#)



Fonte: Própria

ANEXO 03: Termo de consentimento

Enviar por e-mail *

Registrar janaina.marques@aluno.uepb.edu.br como o e-mail a ser incluído na minha resposta

Termo de Consentimento *

Declaro que fui informado(a) sobre os objetivos desta pesquisa acadêmica e concordo em participar voluntariamente, respondendo às questões propostas. Compreendo que minhas respostas serão utilizadas apenas para fins acadêmicos, garantindo o sigilo e o anonimato, sem qualquer divulgação de minha identidade.

Li, concordo em participar da pesquisa e autorizo a publicação dos dados.

Não autorizo

Próxima

Limpar formulário

Fonte: Própria

ANEXO 04: Perguntas constantes no formulário

Avaliação Externa para Alunos Surdos

Qual a importância da prova do programa Compromisso Nacional da Criança Alfabetizada da Avaliação (CNCA)? *

Sua resposta

Você considera que a avaliação externa, no formato atual, consegue medir com precisão as habilidades linguísticas dos alunos surdos? Justifique. *

Sua resposta

Quais são as principais dificuldades que você observa em um aluno surdo durante a avaliação externa? Como essas dificuldades impactam a precisão da avaliação e o desempenho do aluno? *

Sua resposta

Quais fatores você acredita que mais impactam o desempenho do aluno surdo na avaliação externa? *

Sua resposta

Na sua opinião, qual seria o melhor recurso para que o surdo tenha acesso as informações contidas na prova? *

Sua resposta

Voltar
Próxima
Limpar formulário

Fonte: Própria

ANEXO 05: Última parte do formulário

Entrevista – Avaliação Externa para Alunos Surdos

janaina.marques@aluno.uepb.edu.br [Mudar de conta](#)

Seu e-mail será registrado quando você enviar este formulário.

Agradecimento

Agradeço imensamente sua participação nesta pesquisa. Suas respostas são fundamentais para a compreensão e melhoria das práticas de avaliação externa para alunos surdos. Sua colaboração contribui para um estudo acadêmico que busca promover reflexões e aprimoramentos na educação bilíngue.

Muito obrigada pelo seu tempo e disponibilidade!

Atenciosamente,
Janaina
 Graduanda em Letras – Português
 Campus VI – Monteiro

Voltar
Enviar
Limpar formulário

Nunca envie senhas pelo Formulários Google.

Este formulário foi criado em Universidade Estadual da Paraíba.
 Does this form look suspicious? [Relatório](#)

Google Formulários

Fonte: Próprio